



# Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**SESSÃO DO CONSELHO PARLAMENTAR DO SUL  
REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1995  
(QUINTA-FEIRA)**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus e havendo número legal dos Srs. Deputados, declaramos aberta a presente Sessão Extraordinária, Sessão esta que além de ser de nossa Casa, é também uma Sessão do Conselho Parlamentar do Sul aonde nós reuniremos, neste plenário, os Srs. Presidente: Deputado Anibal Khury, Deputado José Germano, do Rio Grande do Sul ou seu representante; Pedro Betencourt, de Santa Catarina; e mais ainda o nosso Presidente do Conselho Parlamentar do Sul - do Mato Grosso do Sul - Deputado Maurício Picarelli.

Iremos desenvolver com as lideranças desses 4 Estados, com os Srs. Presidentes de Federação e ainda mais os representantes do Governo Federal, através das nossas embaixadas deste MERCOSUL e principalmente do Conselho Parlamentar do Sul, teremos a oportunidade de desenvolver nestes trabalhos o intercâmbio necessário para o fortalecimento dos nossos Estados.

Com a palavra o 2º Secretário para leitura da Ata da Sessão Anterior.

(É feita a leitura da Ata)

Suspendo a reunião e convido as lideranças partidárias desta Casa a acompanharem, desde o Salão Nobre até esta Mesa Executiva, os Srs. Representantes do Conselho Parlamentar do Sul juntamente com o ilustre Deputado Orlando Pessuti, um dos fundadores deste Conselho que hoje realmente desenvolve um grande trabalho em favor das causas do sul do país, conjuntamente com o Deputado Toti Colaço, outro fundador do Conselho.

**Está Suspensa a Sessão.**

Está reaberta a Sessão.

Anunciamos a composição da Mesa: Exmo. Sr. Deputado Estadual Pedro Betencourt Neto, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Exmo. Sr. Deputado Estadual Pompeu de Mattos, representante do Exmo. Sr. Deputado Estadual José Germano, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Exmo. Sr. Deputado Estadual Maurício Picarelli, Presidente do Conselho Parlamentar do Sul e 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul; José Carlos Gomes de Carvalho, Prefeito em exercício e Presidente da Federação das Indústrias do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Estadual Valdir Heck, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Exmo. Sr. Deputado do Estado do Paraná, Nelson

Garcia, 1º Secretário desta Casa e Deputado Edgar Bueno, 2º Secretário desta Casa. (Lê):

"Srs. Deputados visitantes, meus Pares do Paraná, Senhoras e Senhores.

O Paraná através de sua Assembléia Legislativa, tem a honra de receber os membros do Conselho Parlamentar do Sul, que se reúnem hoje para tratar de assuntos relevantes para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Os temas desta Reunião Plenária de Curitiba são de interesse imediato da Região Sul, porém numa abordagem mais geral, interessam a todo o Brasil.

Primeiro, por se referirem ao processo histórico de integração continental com o Mercosul. Segundo, por afetarem as relações federativas dentro da Pátria brasileira. A importância do Mercado Comum do Cone Sul, com sua dinâmica de natureza comunitária, tem sido destacada por todos os observadores e suficientemente discutida pelos líderes dos povos do continente. O painel de hoje nos ilustra melhor em torno do tema.

O que não foi ainda examinado pelos representantes das Legislaturas Estaduais de nossa Região é o desdobramento da reforma constitucional em curso no País, sobretudo nos seus aspectos tributários. Como ela afeta as relações federativas dos entes que se associaram para dar vida à União e sua expressão política - a República Federativa do Brasil - é que cumpre aproveitar encontros como este para um debate sério e amadurecido sobre os papéis que a sociedade confiou a cada um deles e, partir da responsabilidade de tais encargos, identificar os recursos requeridos para financiá-los.

Tal análise não pode prescindir da fundamentação histórica - porque a História, mestra da vida, como queria Cícero, evita erros e ensina caminhos. Nesta dimensão, devemos lembrar o ciclo da Independência, quando províncias autônomas e quase soberanas sob o 'status' elevado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, se juntaram em um 'centro comum administrativo' para consolidar a separação da Pátria-mãe.

Aurelino Leal e outros historiadores destacam que foi a pretensão do primeiro Imperador de ignorar os direitos das províncias do Império uma das causas de sua queda, poucos anos após a emancipação. Tanto que os liberais da época se esforçaram para emendar a Carta de 1824 com o Ato Adicional que reconheceu a descentralização, expressa entre outros institutos criados então, pela elevação dos Conselhos Gerais em Assembléias Provinciais, embrião de nossas Assembléias Legislativas.

Esta é, novamente, hora de alerta. Há em curso no Congresso uma proposta de emenda que, retirando autonomia tributária dos Estados, ofende o pacto federativo e anula as conquistas seculares que desfrutamos. Tal tentativa é o mais sério desafio anteposto perante a atual geração de representantes e dirigentes estaduais; tanto que mereceu desde o incício a mais consistente e articulada reação desta Legislatura. O Governador Jaime Lerner, em nome do Paraná, também fez presente a preocupação de que a pretensa recentralização tornaria ingovernáveis as unidades políticas da Federação hoje autônomas e equilibradas, que se situam sobretudo em nossa Região Sul.

A mesma tônica foi expressa pelos membros do Colegiado de presidentes de Assembleias Legislativas, na Carta de Brasília, em agosto passado. Mas algumas autoridades centrais continuam alimentando visão distorcida sobre a realidade, convencidos de que os Estados e Municípios estão prósperos, quando é justamente o contrário.

Queremos as reformas modernizadoras sim, inclusive a tributária que aliviará os contribuintes e tornará flexíveis as relações econômicas, também de comércio exterior. Mas as queremos sob a forma de partilhamento de encargos e recursos entre os entes políticos constituintes da Federação, como deve ser uma Democracia com sólidas bases na História, assentada no rumo de um futuro que será tanto mais promissor quanto o construirmos com sabedoria e espírito cívico. Deste encontro extrairemos, por certo, uma decisão comum de sustentar nossas prerrogativas e direitos.

Por isso, é com satisfação que apresento as saudações da Assembleia paranaense aos ilustres participantes desta reunião do Conselho Parlamentar do Sul.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É com a mais elevada honra que convido a Sua Excelência Sr. Deputado Maurício Picarelli, Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, a assumir os trabalhos da presente Sessão.

O SR. MAURÍCIO PICARELLI - Sr. Presidente, Anibal Khury, ilustre Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em nome do Conselho Parlamentar do Sul, representando as Assembleias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, nós queremos agradecer pelo carinho, pela fidalguia, pela gentileza dessa recepção, tão maravilhosa, neste lindo Estado do Paraná.

Cada representante do Conselho estará se manifestando, logo após, para dizer

também a Vossa Excelência do quando somos gratos por esta recepção ao nosso Conselho.

Srs. Deputados, autoridades, colegas de Conselho, Senhoras, meus Senhores.

Por mais que não queiramos reconhecer divide-se este imenso País em Estados produtores e Estados consumidores.

Há Estados que levaram décadas e décadas para construir seus parques industriais e darem a seus povos um índice razoável de qualidade de vida.

E há Estados que nesse mesmo período estiveram na outra ponta da cadeia produtiva - consumindo e recebendo do governo central respeitáveis aportes de recursos e planos regionais de desenvolvimento, como SUDENE, SUDECO, SUDAM, etc..

Reflexão. Não me ocorre outra palavra para este momento em que nós, Parlamentares, somos convocados a uma das mais duras batalhas deste nosso tempo: a reforma administrativa que dê ao país uma nova cara.

Na verdade, várias reformas agitam o Brasil por trás dos bastidores da nova "Cap", entre as quais é preciso mudar a política, a economia, e colocar o país de volta ao mundo-civilizado.

Pois bem. Nossa reflexão se volta para as alternativas disponíveis ao Presidente da República: enxugar a máquina da União, Estados e Municípios, extinguindo a estabilidade no serviço público.

E reduzir o chamado "Custo Brasil", promovendo a Reforma Tributária que tanta polêmica tem provocado e, em grande parte, é responsável pela nossa presença aqui.

Nesta reforma são penalizados aqueles primeiros estados que, numa das pontas do cabo-de-guerra, produzem e desenvolveram sua indústria com grandes custos. Impõe-lhes a proposta reformista perdas variadas de receita, para constituição de um fundo que, certamente, seria administrado pela união em favor dos estados consumidores.

Assim vejo a questão, que aqui estará em debate.

Infelizmente não é tão simples: a demissão dos funcionários excedentes poderia compensar as perdas com a reforma tributária?

Os direitos de estabilidade esculpidos na constituição, pedra de toque do relator Prisco Viana; são argumentos sólidos sem dúvida, mas, poderia o direito individual à estabilidade se sobrepor ao direito coletivo que limita os gastos do Estado com o funcionalismo em 60% (sessenta por cento)?

Qual desses princípios constitucionais seria priorizado pelo Supremo Tribunal Federal? De que lado estaremos nesta escolha, já que não nos é dado o direito de abstenção?

Quando chegar o momento, com que bandeira marcharemos para Brasília?

De uma forma ou de outra, nenhum Estado ou Município resistirá por muito tempo arrecadando impostos apenas para pagar salários e encargos.

Sem reforma tributária e sem a redução do custo Brasil, não haverá investimentos externos, tornando o próprio MERCOSUL apenas uma carta de intenções.

Estas são as questões que me permito lançar nesta abertura, para que sobre elas reflitamos e retiremos a melhor lição que pudermos.

Move-nos o interesse pela causa de não ser um setor do Brasil, se não de todo o Brasil nessa quadra importante da nossa economia, da nossa política. Temos de um lado a missão de organizar os projetos, trabalhar pela harmonização legislativa e fazer do mercado comum do CONESUL uma realidade em nossos Estados. Mas adiante encontramos-nos diante de um verdadeiro vendaval de mudanças estruturais, administrativas e constitucionais, cuja repercussão só poderemos avaliar a alguns anos. Tal a envergadura das propostas, conflitos entre os poderes esses constituídos nacionais. E porque não dizer tal é a ambição com que algumas forças se lançam nessa empreitada reformista. Reduzir o tamanho do Estado, salvar o Plano Real a qualquer custo, esutamos logo mais. Manter a estabilidade do funcionalismo público, vemos e ouvimos pela televisão brasileira. Que linguagem falamos num continente, em um encontro ou em outro. O que realmente é verdade e o que é jogo de cena diplomática, não sei se há resposta imediata para essa questão, mas sei, não abro mão disso, que não se brinca de jogo diplomático e investimentos e com os projetos de um povo, de uma região e de um país inteiro. Toda essa análise serve para que tomemos essa rotina da ONU e dos demais contratos continentais, onde tudo se promete e nada sai do papel como um exemplo a não ser seguido em nosso Conselho Parlamentar. Se discute muito, se faz seminários, mas não se parte para a ação.

Hoje por exemplo, que os Estados do Sul e através de um apelo que faço aos colegas do Conselho, para que vejam junto aos seus governos estaduais a que nos ajudem a tornar realidade tantos planos e projetos que os Estados do Sul estão colocando a nível nacional, para que possamos, sem dúvida alguma, com grande "lobby" ir a Brasília, ir ao Congresso Nacional e defender os Estados do Sul, porque os Estados do Sul produzem e têm que ser respeitados com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO PICARELLI - Esta Presidência

convoca o Deputado Luiz Carlos Zuk para que proceda a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - (Procede à leitura da Ata da reunião anterior).

"ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO PARLAMENTAR DO SUL, REALIZADA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e cinco, na Cidade de Campo Grande, no Gabinete do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Deputado Roberto Orro, realizou-se a Reunião do Conselho Parlamentar do Sul. Aberto os trabalhos pelo Presidente José Otávio Germano que em breve pronunciamento ressaltou a importância da reunião e em seguida transmitiu a presidência dos trabalhos ao Deputado Maurício Picarelli, segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que lavrou-se o correspondente Termo de Posse, devidamente assinado por todos os membros do COPASUL. Na reunião em questão encontravam-se presentes os Deputados Akira Otsubo, Paulo Estevão, Nelito Câmara, Moisés Nery e Roberto Orro, todos da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a Assessoria do COPASUL. Em continuidade aos trabalhos o já Presidente Deputado Maurício Picarelli anunciou a satisfação de como representante da AL/MS assumir tal função e a seguir elencou a pauta dos trabalhos para a presente reunião. Usaram da palavra além dos Deputados convidados, todos os membros do COPASUL cada qual elencando prejuízo à economia de seus Estados, com conseqüente queda de arrecadação, ora em função de um baixo custo de produção, ora através de uma concorrência desleal dos membros do MERCOSUL. Levantou-se a necessidade de a nível de MERCOSUL, efetivar uma listagem de produtos, uma equalização de tarifas, enfim sugestões a serem encaminhadas ao Governo Federal, através do expediente que denominou-se 'Documento de Campo Grande', cujo texto transcrevemos: 'O Conselho Parlamentar do Sul, integrado pelas Assembléias Legislativas do Estado de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunido na Cidade de Campo Grande, decidiu em emitir o seguinte documento, intitulado de Campo Grande: O Conselho Parlamentar do Sul, reafirma o seu propósito de manter a unidade e em defesa dos interesses maiores dos estados que o integram, destacando a importância em conjunto, de reforma tributária e, fisco, de modo a garantir, a participação igualitária no processo, preservando a garantia de que nenhum Estado Membro seja prejudicado

em nenhuma das reformas propostas. 2 - A reafirmação do propósito de assegurar a continuidade do Tratado de Assunção - MERCOSUL - lutando para que a integração Latino-Americana seja um passo decisivo a ser alcançado para a efetiva competitividade entre os blocos econômicos sem que isto represente prejuízo à economia de cada Estado-membro; 3 - Entende o Conselho Parlamentar do Sul que é importante discutir e viabilizar propostas claras e efetivas, no sentido de diminuir os bolsões de pobreza, recuperar o processo educacional em todos os níveis e lutar por uma política de saúde compatível com a necessidade do povo brasileiro. Finalmente o Conselho Parlamentar do Sul renova a crença no processo democrático brasileiro e a esperança de que o Parlamento dos Estados, renovados, possam desempenhar o papel que a sociedade espera e deseja dos seus representantes. Ato seguinte discutiu-se a data e local da próxima reunião, unanimemente acordando-se para o dia 05 de outubro na Cidade de Curitiba. Por oportuno e considerando os problemas ora enfocados entendeu-se de estabelecer uma pauta preliminar cujos temas foram denominados: 1 - Os Estados do Sul no contexto do MERCOSUL; 2 - Reforma Constitucional e os Estados do Sul no contexto da Federação Brasileira. Em função do temário entendeu-se as entidades cujas atividades tenham relacionamento com o assunto, realizando-se exposições e debates. Abordou-se outrossim a audiência com o Senhor Presidente da República. Encerrada a pauta desta reunião encerrou-se a presente sessão e, por determinação do Sr. Presidente Deputado Maurício Picarelli, eu, Léo Figueiredo Dauzacker, Secretário Executivo do COPASUL, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os membros do Conselho Parlamentar do Sul - COPASUL.

(a) MAURÍCIO PICARELLI"

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

Concedo a palavra ao membro do Conselho Parlamentar do Sul, ilustre Deputado, Pedro Betencourt Neto, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. PEDRO BETENCOURT NETO - Ao cumprimentar, inicialmente, nosso Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, Deputado Maurício Picarelli, desejo cumprimentar aos nossos companheiros do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato, Paraná, sua Capital Curitiba e esta Assembléia Presidida pelo nosso companheiro Deputado Anibal Khury, que nos recebe, nos recepciona e dá início a mais uma etapa das nossas ações e

dos nossos trabalhos.

De igual forma cumprimentar, com imenso prazer, o vice-Prefeito de Curitiba, os membros da Mesa, aos Srs. Parlamentares paranaenses representantes de todos os Partidos Políticos que compõem esta Casa, a Imprensa que acompanha os trabalhos, aos servidores desta Casa, aos Senhores, às Senhoras e a todos aqueles que prestigiam este ato. Dizer em nome da Assembléia de Santa Catarina a intenção da nossa Casa a dar seqüência aos entendimentos que presidem o Conselho Parlamentar do Sul. É importante que se ressalte nesse instante, que a ação desenvolvida pelos Estados do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina tem por objetivo não excluir, absolutamente, nenhuma outra região do nosso país. Não tem por intenção de dar a esta Região nenhum tratamento privilegiado do contexto da Federação. A intenção, sim, do Conselho, pregado pelos parlamentos dos nossos 4 Estados, representado pelos seus Presidentes ou pelos seus designados.

É no sentido de fazer com que a ação conjunta desses 4 Estados, exemplos dignificantes dos Estados - membros da Nação brasileira, possam também, em ações solidárias, em ações conjuntas transmitir e transformar as intenções que até agora foram feitas de forma isolada. A Nação, o Brasil, por certo, orgulha-se desses quatro Estados. Queremos e desejamos a partir desta ação integrada, possamos ter o respeito e a consideração por uma região produtora, por uma região que sempre soube transformar, através da natureza, a sua fonte de riqueza.

Que a ação empreendedora do nosso povo trabalhador, que a ação empreendedora de todos aqueles que fazem esta parceria, a indústria, na vida pública possa ser reconhecida desta forma e por este instante. Que possamos, e esta é uma das intenções desta reunião, transformar o buraco da reforma constitucional, fazendo, incluindo as nossas preocupações, levando ao Congresso Nacional as nossas intenções, imaginando que o Brasil é um país que encontra-se em desigualdades regionais, e que as desigualdades regionais devem sim ser tratadas de forma desigual. Não é possível no Brasil continuar se celebrando a Federação, dando as mesmas questões e os mesmos tratamentos para o sul, para norte, para o nordeste, para o centro-oeste. É um país que precisa, que carece ter a representação efetivamente com respeito desta região.

É necessário que esta mesma reunião possa, no novo contexto mundial no contexto de globalização da economia no contexto de quebra de barreiras, não só a quebra de barreiras da nossas Unidades da Federação

dos nossos Estados membros, mas cobrar barreiras alfandegárias, barreiras de limites territoriais, barreiras geográficas, fazendo com que esta região possa incluir-se em todo o nosso contexto da nossa América Latina, em especial da nossa América do Sul. Queremos sim que esta região possa fazer o passo inicial para que o Brasil tenha através do MERCOSUL um novo mercado. Não nos adianta exigir o Mercado Comum Europeu, e nós aqui discutindo as nossas questões, as nossas desigualdades e não pensarmos que estamos num mercado produtor e um mercado consumidor que merece o respeito e a consideração.

Por isso o Conselho Parlamentar do Sul reúne-se com essas intenções, tem o desejo, tem o propósito de através dos Parla-mentos Estaduais também fazer este debate. Este debate não pode ser excluído desta ou daquela representação, esse debate não pode ser exclusivo desta ou daquela Casa Legislativa. Este debate é do povo, este debate é da sociedade, este debate é do público, é de todo o Brasil.

As Assembléias Legislativas devem sim ser incluídas, devem participar deste momento oportuno que a vida brasileira está nos fazendo.

Por isso, meu caro Presidente Anibal Khury, meus caros companheiros Parlamentares do Paraná, caros visitantes, aqui vim e aqui estou em nome da Assembléia de Santa Catarina para participar do debate e infelizmente até por problemas de saúde, muito mais como ouvinte do que participe pelas razões que provavelmente tenha afrontados os ouvidos daqueles que agora tem a desfeita de me escutar pelas razões de um resfriado forte que estou acometido.

Quero desta maneira, ao usar da palavra nesta etapa inicial, deixar minha saudação a todos os senhores e pedir a compreensão em participar deste importante debate, na condição de ser ouvinte, porque tenho certeza que pouco poderia contribuir, mesmo que estivesse com a voz boa, porque aqui por certo encontrarei a experiência, a sabedoria daqueles que irão colaborar também para que Santa Catarina esteja participando desse processo.

Obrigado pela recepção. E antecipadamente também quero agradecer, obrigado por certo por aquilo de bom que irá ocorrer durante este dia.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO PICARELLI - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pompeu de Matos, representante do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEU DE MATOS - Exmo. Sr. Deputado Maurício Picarelli, Presidente do Con-

selho Parlamentar do Sul, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury; Deputado Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina Pedro Betencourt Neto, colegas Parlamentares que acompanham o Deputado Valdir Heck do Rio Grande do Sul, colegas Deputados do Paraná, Prefeito José Carlos Gomes de Carvalho, Prefeito de Curitiba, em exercício, recebe também a nossa saudação, assim como os demais integrantes da Mesa.

A participação do Sul do País na Economia brasileira é crucial, é fundamental e eu diria é imprescindível para a própria estabilidade do País. De qualquer sorte é bom que tomemos consciência do momento que vive o Sul do País, para a partir daí podermos estabelecer um norte.

E aqui reúnem-se os Parlamentares do Sul do País, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cujos problemas são idênticos, cujas soluções, preconizadas, também têm idêntico caminho. Nós vivemos, no Rio Grande do Sul, uma realidade extremamente dura, há muito tempo, mas que se agrava no presente, até porque a nossa Economia, lá é baseada na Agricultura. Esta é a base de toda a Economia gaúcha, nós produzimos 18, quase 19 milhões de toneladas de grãos. Nós produzimos quase 25% do total nacional, ou seja, se nós tomarmos por base o número de Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul, sozinho, produz quase que o equivalente a sete Estados juntos.

Via de consequência há de se compreender, de forma muito objetiva de que todo investimento feito no Rio Grande do Sul se faz através da Agricultura, ela impulsiona o comércio e estimula a indústria. Mal comparando é como que um veículo, andando a 20 por hora, se ele é abalroado, os danos são mínimos, até porque a velocidade imprimida não permite uma catástrofe. Mas no nosso caso, no Rio Grande do Sul, nós estamos andando a sete vezes 20, ou seja a 140 por hora, a toda máquina, com toda força, tudo o que temos apostamos na agricultura. Via de consequência, quando ocorre a colisão a catástrofe acontece, e é o processo que estamos vivendo!

Se ampliarmos este contexto vamos encontrar o Paraná com 14, 15 milhões de toneladas de grãos, vamos nos associar a Santa Catarina e vamos ao encontro do Mato Grosso do Sul e passamos longe dos 40.000.000 de toneladas de grãos, dos quatro Estados do Sul produzem mais da metade da produção nacional de grãos. E aí há razão para que o Sul está a se queixar, porque o Sul está a se preocupar, e não é choradeira não! São constatações presentes, claras e objetivas, que temos que anunciar aos quatro ventos para que possam ser ouvidas, repercutidas e oferecidas so-



luções.

Ora, aí vem a questão do MERCOSUL, necessária, a integração, não tem dúvida, imprescindível, é claro, irreversível, também, no entanto não podemos a pretexto de nos integrarmos, nos entregarmos!

Não é possível que o Sul do País sirva, tão somente de ponto geográfico da integração, quando ele próprio deveria ser a integração! Não é possível, é isso que se avizinha, que o Sul do País seja apenas o corredor da ligação de Buenos Aires, de Montevidéu, com São Paulo! Eles mandando, de lá para cá, os produtos agrícolas, que também sabemos produzir, e São Paulo mandando para eles os manufaturados, que nós não temos estrutura para produzir. E nós ficamos assistindo o que vem e o que vai, lamentando à beira do caminho. Não, isso não é possível, isso não é concebível. Nós queremos a integração, aplaudimos a integração, achamos que precisamos da integração, mas nós não podemos pagar o preço dessa integração. E ele tem um custo.

Aliás, os Países do Mercado Comum Europeu levaram anos para fazer a sua integração. E houveram sempre tarifas compensatórias, houveram forma de equilibrar a diferença de um e de outro País. Nós não somos no Sul um País diferente, nós somos Estado, somos uma região cuja característica é diferente que tem quase como que a cara de um País. Então é preciso compreender de forma muito clara esse processo, Presidente Picarelli, que traz aqui o Rio Grande do Sul. Porque é extremamente preocupante a questão da nossa agricultura e se nós não arrumarmos a casa antecipadamente não tem como nós nos encontrarmos lá fora. Se o Governo do Sul, se o Paraná, se Santa Catarina, se Mato Grossa do Sul, não se encontrar consigo mesmo dentro da sua economia, não tiver como satisfazer os anseios do Sul, o povo de sua gente, toda a sua integração será falsa e aparente.

Nós precisamos arrumar a casa, e para isso a Nação brasileira através do seu Governo há que dar uma atenção especial para o Sul do País. É o reclamo que venho aqui fazer em nome do Estado do Rio Grande. Como vimos na ata recém lida, saiu lá a carta do Mato Grosso do Sul, a carta de Campo Grande. Onde nós gostaríamos de ter aqui a Carta de Curitiba, que atende exatamente das preocupações do Sul do País na agricultura. Esta é a mola mestra que impulsiona o nosso caminho econômico.

Se nós não nos atentarmos para esse aspecto urbano que possamos ser, agrícola que possamos ser outros, ausentes até do processo. Todos iremos sucumbir, porque o povo vai cobrar de nós Parlamentares o preço de uma ação que não desenvolvemos. O povo vai cobrar de nós Parlamentares o

preço de uma ação cuja qual fomos inertes. A agricultura precisa encontrar o seu caminho de reversão, o processo agrícola na forma como está, está inviabilizado. O agricultor já não vai mais ter razão de plantar. Não plantando não colhe, não colhendo não vende, não vendendo não compra. Os governos do Sul em breve e isso será um desafio, a seguir esse ritmo não vão ter dinheiro para pagar funcionários. Tem muitas Prefeituras no meu Estado que estão com dois meses atrasados e não é privilégio de nenhum partido. Tem prefeituras do PDT, PMDB, PPR, do PT, do PFL, tem prefeituras de todos os partidos já não pagando funcionários.

Podem dizer que seja má administração. Até tem um pouco disso, mas fundamentalmente esse não é o fato. O fato é que a economia está arrasada, que a economia está ferida de morte. Ou reagimos agora, ou pagamos um preço muito caro. Afinal de contas o crime que cometemos é sermos produtores, o crime que o Sul do País comete perante a Nação é oferecer a Nação mais da metade do alimento que ela consome. Pagamos por isso, é muito sacrifício. Então o desafio que deixo aqui aos colegas parlamentares do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, é o desafio que deixo a todos quanto possam receber com eco e com ressonância o pensamento que temos.

Muito obrigado..

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) -

Nessa Sessão Plenária e reunião do Conselho Parlamentar do Sul, é com a máxima satisfação que concedo a palavra ao Exmo. Sr. José Gomes de Carvalho, nosso convidado, prefeito de Curitiba em exercício e Presidente da FIEP.

O SR. JOSÉ GOMES DE CARVALHO - Senhor Presidente Anibal Khury, muito digno Presidente desta Casa de Leis; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Maurício Picarelli, Presidente do Conselho Parlamentar-Sul e ao saudá-lo estou saudando todos os seus companheiros do Conselho Parlamentar.

Amigo Deputado Pedro Betencourt Neto nosso muito digno Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Quero saudar ainda o Senhor Pompeu de Mattos, Deputado Estadual, representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Gostaríamos de saudar ainda o companheiro Luiz Carlos Zuk, nosso representante no Conselho Parlamentar-Sul, Senhores Deputados, Senhores Líderes de Partido, Senhor Antoninho Caron, Secretário da Indústria e Comércio do nosso município, minhas Senhoras e meus Senhores.

É uma grande honra, como Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, falar

nesta Casa de Leis, a um público, legítimo representante dos anseios não só do meu Estado, mas de todos os estados do Sul, aqui representados neste Conselho Parlamentar.

Ouvi com muita atenção todos os pronunciamentos e percebo, em todos os fóruns onde tenho participado, que há uma perplexidade geral na sociedade brasileira. Ontem, em Curitiba, tivemos oportunidade de abrir dois grandes Encontros Nacionais. O primeiro deles reunia os associados da ABIGRAF nacional, do setor gráfico e aqui estavam e estão ainda representantes de todos os Estados brasileiros e o discurso é o mesmo. À noite, a Câmara Brasileira da Construção Civil, também reunida aqui num fórum por três dias, com representantes de toda Nação, falavam exatamente e questionavam as mesmas apreensões. Aqui nesta manhã preciosa de debates, de pronunciamento, escuto a mesma perplexidade.

O que é que está acontecendo conosco? Qual é o diagnóstico? É preciso nesse diagnóstico sair intramuros do nosso país, para concluirmos o que está acontecendo no mundo. Muitas das pessoas aqui presentes, porque faz 4 anos que tenho defendido a tese das mudanças que rapidamente estão acontecendo não só no Brasil, que chegaram recentemente, mas que estão acontecendo em todo o mundo. A primeira perplexidade não foi brasileira. A primeira perplexidade que aconteceu no mundo foi dos Estados Unidos da América do Norte. Este grande país, país-continente, desenvolvido do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista econômico e político. Os Estados Unidos num determinado momento foi apanhado de surpresa pelos asiáticos e principalmente pelos japoneses.

Quando os japoneses mostraram ao mundo que era possível, num país-ilha, sem as riquezas minerais e de território que eles não possuem, mas através do saber, do conhecimento, puseram os Estados Unidos e o mundo perplexo. É muito fácil, numa reflexão breve, analisar isto. Porque os japoneses chegaram nos Estados Unidos e tomaram 37% do mercado americano de automóveis, compraram o Rockefeller Center que é o símbolo da riqueza americana ou pelo menos foi. Entre os dez maiores bancos do mundo não tem nenhum banco americano mais. E daí para frente. Essa foi a primeira grande perplexidade em termos mundiais.

E do ponto de vista político o que aconteceu no mundo? Quem de nós da nossa geração podíamos imaginar a queda do Muro de Berlim! Quem de nós do ponto de vista político podíamos imaginar o Presidente Clinton - na Casa Branca - tendo ao seu lado o líder israelense e o Líder Arafat? Quem de nós podíamos imaginar do ponto de vista político a queda do comunismo,

criando, até, problemas com a indústria cinematográfica que não pode mais fazer os filmes do 007 e daí para frente.

Ora, se fizermos as mudanças do ponto de vista político e econômico do mundo e o ilustre Deputado do Rio Grande do Sul se referia, aqui, aos blocos econômicos: primeiros os asiáticos, depois os europeus discutiram anos como seria o bloco da economia Européia, depois os Estados Unidos, Canadá e o México e, finalmente, nós, da Latino América, mais especificamente na América do Sul - CONESUL, integrando Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e por via de absoluta necessidade o Chile.

Ora, certas mudanças nesta breve reflexão, que é o diagnóstico do mundo, aconteceram, no momento que o homem já foi e voltou da Lua, no momento que estamos ligados pela INTERNET com o mundo todo. No momento que a juventude, de todas as nações, as crianças com 10 anos, hoje, estudam nos computadores. Seria uma tolice nós brasileiros, imaginarmos que as mudanças não chegariam no Brasil.

O que acontece no Brasil? Vivemos um período em que nós não temos memória. Vivemos durante 20 anos um período de ditadura. Onde, principalmente os empresários, entre os quais me incluo, ficamos numa posição extremamente cômoda, em cima do muro, aguardando o apito do Ministro Golbery para ver para que lado iríamos. Quando as Assembléias Estaduais tiveram extrema dificuldade, o Congresso Nacional foi fechado, a sociedade foi à rua, reabrimos o Congresso Nacional. A Constituinte deu poderes ao Congresso Nacional e o último Congresso Nacional, no dizer do Ministro Passarinho, foi o pior Congresso da história da vida republicana brasileira que não soube exercitar, na plenitude, aquilo que a Constituição havia lhes dado.

Esse é o diagnóstico que mudou, na medida que fomos às ruas, elegemos o Presidente Collor, o Congresso Nacional depôs o Presidente e depois tivemos um mandato tampão com o Presidente Itamar Franco. E como não temos memória, o que aconteceu no Brasil?

No ano passado, antes de Fernando Henrique assumir o Ministério da Fazenda, não tínhamos, sequer, um programa econômico no País. A inflação solta, os Estados gastando da maneira que bem entendiam para a sua sobrevivência e daí fizemos um plano econômico. Por que o plano econômico elegeu Fernando Henrique? Como não temos memória, o Sr. Lula a 6 meses da eleição era, reconhecidamente, por quase toda sociedade brasileira como eleito Presidente da República. Então por que elegemos Fernando Henrique? Foi o seu carisma, foi a sua popularidade que ele não tem? Não! Foi um



plano de estabilização econômica que levava ao País a esperança de podermos, definitivamente, inserir o Brasil num programa moderno e de justiça social.

Muito bem. Não é um sonho imaginarmos que um País de dimensões continentais como o Brasil, que se acostumou, principalmente e sem nenhuma discriminação, mas o norte e o nordeste, pelas suas peculiaridades acostumou a tutela do Governo que nós empresários, cada um e cada bloco de cada segmento econômico tinha o seu cartório e as suas proteções. Sabemos que isto é verdade. As coisas mudaram.

Este plano econômico implantado e pouca gente fala isto, qual foi a característica que levou este plano econômico a inicialmente e até agora na sua sobrevivência de vida dar certo? Os planos econômicos, todos que faliram e ruíram, não tinham sido concebidos com dois pré-requisitos fundamentais que este plano tem. O primeiro deles era o acerto da dívida externa. Não adiantava nada o Brasil ter 40 ou 50 ou 45 bilhões de dólares de saldo na balança, porque este dinheiro estava bloqueado nos bancos internacionais como reserva porque o Brasil não tinha acertado o seu pagamento de endividamento externo. O Presidente Fernando Henrique, Ministro na época, talvez com seu charme, conseguiu pela primeira vez na história do Fundo Monetário Internacional que o Senhor Candenci, que é o chefe do Fundo, sem um documento formal desse o apoio para que o Brasil pudesse fazer o acerto da dívida externa. Isto fez com que os 40 ou 44 bilhões de dólares se tornasse não um crédito gráfico, mas um crédito real. E qual era o grande outro pré-requisito necessário? O segundo pré-requisito absolutamente necessário era o acerto do déficit fiscal. Como é que o ano passado o Plano Real estava certo e havia toda uma satisfação na sociedade brasileira? Porque se criou o Fundo Social de emergência que era finito, como de fato foi até o dia 31 de dezembro e através dessa arrecadação o que aconteceu foi que o Governo conseguiu debelar pelo menos momentaneamente o débito fiscal.

Entramos em janeiro e entramos no ano de 1995. E aí começaram as grandes dificuldades, o grande desencanto, porque os Estados caíram na sua verdadeira realidade, as dificuldades naturais, o Banco Central promoveu o maior enxugamento que se tem notícia neste País do dinheiro circulante. No Plano Collor foi diferente. No Plano Collor todos nós tomamos consciência no dia que cada um tinha ficado com 50. Neste não, neste o Banco Central, através dos compulsórios, foi tirando passo a passo de circulação o dinheiro circulante e isto evidentemente afeta a vida de toda a sociedade.

Quando vejo empresários reclamando dos juros altos, quando vejo Parlamentares falando dos juros altos, sejam das Bancadas Estaduais ou no Congresso Nacional, não vejo ninguém dizendo qual é a causa. Qual é a causa dos juros altos? É a falta do dinheiro circulante. Se tem ágio no automóvel quando falta o carro popular, tem ágio no leite quando não tem o leite no supermercado. Agora é o ágio do dinheiro, porque ele não existe, porque ele está todo retido no Banco Central. Os mecanismos de financiamento foram todos restritos e aí evidentemente o grande problema do diagnóstico das empresas, das pessoas e por via de consequência dos Estados.

Na minha visão, Senhor Presidente, este é o diagnóstico. Agora vamos falar um pouquinho do que ocorre com relação a MERCOSUL e do que ocorre com a reforma constitucional. O primeiro semestre deste ano, vi muitas pessoas da sociedade brasileira, nos diversos fóruns que participo no País, muito eufóricos, porque o Congresso Nacional havia aprovado várias reformas. Mas muitas pessoas da sociedade brasileira não sabem e aqui o Parlamento sabe, que não basta só votar a reforma, as Leis Complementares são fundamentais. Vou dar um exemplo, quando cheguei no Senado da República, lá estava para ser regulamentada uma reforma constitucional que chama: Defesa do Consumidor. A Carta magna dizia, quando promulgada, que em seis meses, está escrito na Constituição, deveria ser regulamentada e colocada em execução. Fazia dois anos que havia sido feita a reforma constitucional e o código de defesa do consumidor não existia, isso só como exemplo.

Não, não sou pessimista, sou otimista, por natureza, mas absolutamente realista. Temos que fazer o Congresso Nacional apressar as reformas, a votação das leis complementares, para que evidentemente não aconteça o que está acontecendo no País. Nós não vamos conseguir fazer reforma tributária este ano. O que vai acontecer, e os Senhores sabem como Parlamentares, por experiência própria, vamos fazer um remendo da Constituição, um remendo da reforma tributária. Isto é protelar soluções, que vão levar os Estados a uma situação mais difícil ainda do que se encontram.

Então o diagnóstico, todos nós sabemos, o que falta, na minha visão, é sair da defesa para o ataque. Vamos falar um pouco do nosso Sul do País. O que é que ocorre com nossos quatro Estados, que estão unidos no CONESUL, no SUDESUL, no Conselho Parlamentar do Sul, e por que as ações, por que o diagnóstico não se torna realidade? Na minha visão ocorre que são Estados bem estruturados com economias

equilibradas, líderes na Agricultura, mas todos os quatro Estados tentando, individualmente resolver os seus problemas. O resto na minha visão, me desculpem Senhores membros do Conselho Parlamentar, tem ficado só no discurso. Não vejo nenhuma ação concreta dos governadores do Sul do País, não vejo nenhuma medida concreta dos empresários do Sul do País, unidos fazendo exatamente o que fazem os nossos Parlamentares e empresários do Norte e Nordeste.

Fui convidado pelo Governador Albano Franco, semana passada, a visitar Sergipe. Fui a Sergipe e fui com o olho crítico, Parei em Petrolina para abastecer o avião, e qual não foi a minha surpresa ao sobrevoar aquela região, liderada por uma das famílias tradicionais na economia e na política brasileira, que é a família Coelho, do falecido Senador Nilo Coelho, eu via aquele oásis no Nordeste, no deserto nordestino. O que fez a riqueza de Petrolina? Através de recursos federais. E não estou criticando! Lembro-me que quando o César da Economia era o Ministro Delfim Neto, o Senador Nilo Coelho, era o líder do Governo e sentava em cima dos projetos, e só liberava os projetos quando o Ministro Delfim Neto resolvia mandar o dinheiro da irrigação daquela região. É assim que se faz!

Cheguei em Sergipe e o Governador Albano Franco me levou para visitar várias obras, algumas em andamento e outras já consolidadas. Todas elas com recursos federais! E aqui no Sul como é que nós fazemos, duplicamos a estrada Curitiba-Joinville com recursos estaduais. Esta estrada é importante? É evidente que é importante! Mas nós do Sul temos que bater duro para que saia a duplicação, por que não sai a duplicação da BR-116, quando o BID já aprovou o financiamento? Por uma razão muito simples, não interessa a São Paulo a duplicação dessas estradas! Economicamente não interessa a São Paulo, e o BID só irá financiar essa estrada quando o Governo de São Paulo pagar alguns empreiteiros que já tem lotes divididos desde o Governo Quêrcia, para que possa evidentemente zerar e daí fazer a concorrência internacional.

Não vejo nenhum movimento do Sul de forma prática para colocarem claramente isso ao Governador Mário Covas e se não acertar com o Governador Mário Covas junto ao Governo Central, só para dar como exemplo, vejo como homem do Sul que nós temos sim que tratar as questões regionais. As questões regionais para o Brasil é importante, mas não podemos esquecer que nós somos homens do Sul e que temos que trabalhar deixando todas as nossas questões, propus agora aos Presidentes de Federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, que nós

devamos participar de todos os eventos, sejam eles políticos ou administrativos, para que possamos fazer uma grande corrente para trabalhar por soluções dos nossos problemas.

Vejam Senhores a agricultura. A agricultura, quando estive com o Ministro Malan na última vez, falei ao Ministro a crise é nacional, mas ela pega na contramão os Estados do Sul. Por quê? Porque nós do Sul tradicionalmente temos o FIB da nossa economia calcado em cima do setor primário que é a agricultura.

Então é evidente, que na medida que a equipe econômica do Governo retardou a solução da agricultura, evidentemente por via de consequência dificultou as soluções dos quatro Estados do Sul. E daí para a frente, quero dizer aos Senhores, que cada Estado evidentemente na nossa visão deva defender a intransigência, as peculiaridades de cada Estado. Até porque temos condições diferentes. O PIB da economia do Paraná é diferente do PIB da economia do Rio Grande do Sul, que tem uma indústria já de ponta poderosa, é diferente do nosso Estado vizinho de Santa Catarina que tem uma indústria muito forte, principalmente com tecnologia de ponta também. Mas nós não podemos nos esquecer que os problemas macro da região tem que ser tratado de forma macro junto aos altos escalões, aos escalões da República.

O MERCOSUL que aí está não é o MERCOSUL que interessa aos nossos parceiros lá de fora. Até porque as nossas diferenciações são muito grandes. A economia da Argentina tem o tamanho da economia do nosso vizinho Estado de São Paulo, mas Chile na privatização da Argentina, telecomunicações, energia elétrica e etc., quem são os grandes investidores lá na Argentina? Foram os chilenos. Então por esta razão que aconteceu de forma natural, o Chile está inserido nesse contexto. Tradicionalmente o nosso melhor parceiro do Brasil foi a Alemanha. Muitas pessoas pensam que o maior investimento da indústria alemã está em Frankfurt, enganam os Senhores quem não sabe. O maior investimento alemão está em São Paulo, não é em Frankfurt. Perderam a Alemanha, deixaram de ser o 2º parceiro do Brasil por quê? Porque durante dois anos na medida em que o Presidente Menem reajustou a sua economia e com a reativação do poder de compra eles foram obrigados a comprar do Brasil. Eles tem 50 empresas com ISO 9.000, nós temos mais de 1.000 já no Brasil.

Então são condições absolutamente diferentes, mas nós temos que fazer as parcerias. Porque o grande mercado Senhor Presidente, não é o mercado da América Latina, nós temos que fazer parcerias para atingirmos os grandes mercados, que é o

mercado americano e o mercado europeu.

O meu tempo está acabado, queria deixar como mensagem final, o meu melhor agradecimento pela oportunidade de falar para tão seletivo grupo de pessoas, legítimos representantes do povo da Região Sul e deixar, como disse Padre Vieira: "Nós somos o que fazemos." Tenho certeza que unidos poderemos mudar esse quadro muito rapidamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Dr. Antoninho Caron, Secretário Municipal da Indústria e Comércio.

O SR. ANTONINHO CARON - Muito bom dia. Deputado Anibal Khury, Mui Digno Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Maurício Picarelli, Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, através do qual cumprimento todos os demais Presidentes das Assembléias e membros dos Conselhos Parlamentares, Dr. José Gomes Carvalho, Prefeito em exercício de Curitiba e Presidente da FIEP, meu amigo e mentor intelectual da Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo de Curitiba, companheiro de longas datas. Senhores Deputados, companheiros de Secretaria, meus amigos.

Vivemos um estado de perplexidade e isso se manifestou em diferentes depoimentos e vivemos um momento de grandes transformações na economia mundial, onde o grande debate que deve ser feito, não é propriamente o debate de como estamos nos inserindo no MERCOSUL, mas é como a economia brasileira, a economia dos estados do sul e de cada um deles e como a economia das empresas nossas participam do processo das transformações mundiais.

Assistimos desde a 2ª Guerra, dois movimentos extremamente importantes: um foi da democratização política que leva à democratização econômica e que leva à democratização dos consumidores exigirem produtos melhores a custos menores.

Por outro lado, leva aos empreendedores exigirem muito mais liberdades das movimentações das mercadorias dos capitais, dos fatores de produção, através dos limites territoriais do mundo. Isto vai implicar em profundo processo de eliminação dos protecionismos e um profundo processo de mudanças nas estratégias das empresas para participarem do mercado mundial.

Então quando começamos a discutir as questões da globalização, as questões dos regionalismos econômicos, as questões das integrações sub-regionais e o MERCOSUL é uma integração sub-regional, estamos fundamentalmente discutindo estratégias lucrativas das empresas que através destas oportunidades de movimentação dos capitais

dos fatores de produção querem ter mais lucros e que para obter esse mais lucro, exigem facilidades de movimentações dos seus capitais, das mercadorias acabadas e por outro lado estamos discutindo a vontade dos consumidores em terem produtos melhores a custos menores.

Este é o grande desafio e o grande problema. Então encontramos os grandes capitais migrando, o mundo cada vez mais livre e mais exigente e um grande envolvimento das pequenas e médias empresas na participação do mercado mundial através de um profundo processo de inovações e de invenções e o quadro vai se modificando, por isso se dizia e vários Parlamentares manifestaram a posição de que o velho tem que morrer, não o velho no sentido cronológico, mas o velho na antiga maneira de ser, da antiga maneira de produzir e gerenciar, tem que ser substituída por uma nova tecnologia de produção, de transformação, de gestão e assistimos no Japão, na Europa, nos Estados Unidos e seguramente assistiremos no Brasil, um grande grupo de empresas com tecnologias obsoletas sucateadas desaparecerem, e assistiremos o nascimento de um novo cenário, de um novo perfil produtivo empresarial.

Esta questão passa a ser fundamental para ser discutida: qual é o impacto que isto gera no nosso processo de desenvolvimento, no nosso processo de geração de emprego e na oportunidade dos nossos cidadãos. Olhando alguns números e para localizar os Estados do Sul e o Brasil no cenário mundial encontramos hoje, o Bloco Europeu que participa com 45% das exportações mundiais. O Bloco da América do Norte, Canadá, Estados Unidos e México, participam com 17% das exportações mundiais. O Bloco Asiático participa com 23% das exportações mundiais. O Bloco da América do Sul, como um todo, participa com 2,8% das exportações mundiais. O MERCOSUL participa com 1,4% e o Brasil participa com 1% das exportações mundiais.

Então esses são dados importantes para interpretarmos o que isso significa. Quando o MERCOSUL começa para o Brasil, o Brasil participava, o MERCOSUL representava das exportações 6,5%. Aquilo que o Dr. Carvalho mencionava. As transformações mundiais e a mudança do eixo da Alemanha, dos Estados Unidos para o MERCOSUL, hoje o MERCOSUL representa para o Brasil 14% das exportações totais. Isto é uma mudança. Este mesmo percentual vai significar um crescimento também da Região Sul. Mas mesmo na Região Sul, o setor agrícola perde espaço e o setor industrial ganha espaço. Por que isso está acontecendo? Porque estamos perdendo espaço?

Olhando o mundo - e alguns dos Srs. me conhecem e conhecem as minhas atividades

acadêmicas - observamos que a história do desenvolvimento mundial, a história do comércio mundial se dá de uma maneira crescente na medida que há inovações tecnológicas, na medida que há movimentos internacionais de capitais e a mudança tecnológica que implica um movimento internacional de capital, que implica num processo de intensa industrialização, cria o processo dos movimentos das mercadorias no mercado internacional.

Então na história mundial os Estados, os países que mais participaram no processo das trocas mundiais foram aqueles que mais se industrializaram. E se industrializaram através da incorporação que temos e da necessidade que temos de encontrar um caminho alternativo. Como é que vamos encontrar esse caminho? Estimulando o nosso setor produtivo a uma reconversão produtivo, a uma reconversão de qualidade, a uma reconversão de eficiência. Tanto no setor agrícola quanto no setor industrial e com esta reconversão de produtividade, de qualidade, de eficiência conquistaremos competitividade regional, para nos mantermos competitivos e competitividade internacional.

O grande desafio não é saber como vamos competir com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai, mas é saber como é que as nossas pequenas e médias empresas, não os oligopólios e monopólios que já sobrevivem, mas como as pequenas e médias empresas vão poder competir com as empresas americanas, européias, japonesas, asiáticas e aí faço eco àquilo que o Dr. Carvalho mencionava nesse espaço, é como os produtos internacionais estão invadindo os nossos territórios locais.

Que programas alternativos de governo, que programas alternativos das entidades de classe, que programas alternativos combinados com a classe política, juntando esforços: Poder Legislativo, Poder Executivo e poder empresarial e intelectual, como é que vamos instruir a nossa sociedade para esse processo de transformação e incorporar as transformações mundiais para que impactem positivamente no nosso processo regional.

Então encontramos alguns processos, o impacto que as transformações mundiais estão tendo hoje diante do MERCOSUL, eles vão, o crescimento do comércio mundial está se dando fundamentalmente num crescimento de produtos industrializados.

Em 1950 o comércio mundial era de 120 bilhões de dólares. Em 1994 o comércio mundial foi de 4 trilhões de dólares. Este crescimento se dá não por crescimento do produto agrícola, mas se dá por crescimento do setor industrial e por transformação do setor agrícola em produtos industrializados, valor agregado, onde a política

brasileira é claríssima neste ponto, agregar valores aos nossos produtos agrícolas.

A grande posição de crescimento, a grande mudança que vamos assistir no comércio mundial é a diferenciação de produtos por qualidade, por preço, por obtenção de escalas de produção, por nichos, por segmentação de mercado e atendendo as liberdades de escolhas dos consumidores.

Vamos assistir mudanças nas pautas de produção e nas pautas de organização das firmas através de busca de uma estratégia de fusão, incorporação, associativismo, reorganizações de escolas, reconversão produtivas já mencionadas e vamos necessariamente assistir uma realocação industrial, tanto do primeiro mundo em direção aos países em fase de industrialização na América Latina, quanto nos países da América Latina, uns com os outros buscando associativismo.

As cooperações empresariais vão ter uma necessidade fundamental de estimular a melhora da competitividade, manter um círculo entre empresas de intercâmbio tecnológicos para sobrevivência e crescimento de penetração e conquista dos mercados internacionais, e cito o exemplo aqui da BATAVO paranaense com a SINCOR argentina que os jornais todos publicaram, tecnicamente há três ou quatro anos atrás recomendaríamos a cada uma dessas empresas a atuarem independentemente. Hoje recomendamos e observamos a estratégia empresarial se aliando, se parcerizando, se complementando. A BATAVO adquiriu de um dia para outro trinta mil pontos de distribuição na Argentina e a SINCOR, na Argentina, adquiri de um dia para outro 50 mil pontos de distribuição no Brasil.

Ao invés de olharem-se como competidoras, olham-se como parceiras, alianças em empresas cooperadas. Não significa que a disputa diminui. Significa que mudam a estratégia. Ao invés de competir sozinhos, passaremos a competir, a nos aliarmos em grupos para discutirmos com outros. Quem morou no interior sabe como é esta história: os meninos de uma cidade não podiam namorar as meninas de outra e se namorassem quebrava o pau. Essa questão se reaplica hoje. As empresas dos mesmos segmentos empresariais terão que se aliar reciprocamente para competirem com empresas de mesmo segmento ou com outros segmentos que estão introduzindo inovações ao redor do mundo e daí poderemos competir.

Neste quadro de questões e então mostrando que a estratégia é de cooperação a nova característica das empresas serão empresas inovadoras, criativas, com novos produtos, com novas fatias de mercado, com maior produtividade, com eficiência, buscando alianças e cooperações, participando do processo nacional, local de introdução

de modernidade e de inovação. O que Curitiba e o Paraná têm feito? O Paraná salta de uma participação no MERCOSUL de 5% em 90 para uma participação no MERCOSUL hoje das exportações brasileiras de 14%. Como é que temos trabalhado? E aí trabalhamos junto com o Dr. Carvalho, há muito tempo, há mais de 10 anos, organizando missões comerciais, criando aproximações. Só nos últimos dois anos, o trabalho feito recebemos e enviamos 35 missões comerciais aos países do MERCOSUL e organizamos entre empresários, idas e vindas, passados pelos nossos trabalhos mais de 765 empresários estrangeiros que mantiveram contatos com mais de 4.000 empresas de Curitiba e do Paraná. Além disso montamos um banco de informações, um banco de negócios, que sirva de orientação e apoio ao setor empresarial. Alguns dos dados que os Senhores acabaram de receber, que é Curitiba Sócio-Econômico e o Diretório de Exportação de Curitiba e do Paraná, feitos por inspiração do nosso Prefeito Rafael Greca e do nosso mentor intelectual, Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, vice-Prefeito e Presidente da Federação das Indústrias.

Hoje, fundamentalmente, tem que se procurar abrir portas para o mundo, para que haja absorção das tecnologias do primeiro mundo e abrir portas para os vizinhos, para que haja incorporação de matérias-primas, e incorporação de bens semi-faturados e juntos possamos nos aliar para participarmos melhor, no mercado local, e mais eficientemente na busca e conquista de um novo espaço no mercado internacional.

Muito genericamente era isso que gostaria de trazer, agradecendo a esta Casa pela oportunidade que nos dá de contribuir com as reflexões deste Parlamento, sobre a inserção dos Estados do Sul, a inserção do Brasil, não só do MERCOSUL, mas também na economia internacional, que é o nosso grande desafio.

Parabéns e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) -

Esta Presidência quer registrar e agradecer as simpáticas presenças do Dr. Paulo Fernandes Tigre, que é diretor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, e também do Dr. Alexandre Evangelista, Secretário Executivo da Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina. Estas presenças nos honram.

Concedo a palavra ao Deputado Albanor Gomes, Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ALBANOR GOMES - Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury; Senhor Presidente do

Conselho Parlamentar do Sul, Senhores Presidentes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, Senhor José Carlos de Carvalho, Prefeito Municipal, em exercício, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Senhores Parlamentares.

Dentro do tema reforma constitucional, um assunto de extrema importância, e que reflete em todos os Estados do Sul, é a reforma tributária.

Essa reforma tributária que o Governo Federal levou ao Congresso Nacional para uma análise e discussão de um assunto tão complexo e que tem merecido análise das Assembleias Legislativas de todo o País. Após a entrada no Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seu Presidente, Anibal Khury, resolveu fazer uma análise das perdas que o Governo do Estado teria da forma como está posta a reforma tributária. Através do eminente tributarista, Heron Arzua, levantaram-se algumas informações sobre os reflexos desta reforma tributária no nosso Estado do Paraná.

Feita esta análise preliminar, a Assembleia Legislativa achou por constituir uma comissão de acompanhamento desta reforma tributária. Esta Comissão, composta por cinco membros, tem se reunido com técnicos e levantado dados a respeito dos reflexos da Reforma no Paraná como um todo. Esta análise preliminar dos reflexos no Estado do Paraná, que passo a comentar, para o conhecimento dos Senhores, em especial dos Senhores visitantes.

Foi feito, como disse pelo eminente tributarista Heron Arzua e que deu como aspectos negativos para as finanças do Estado do Paraná a diminuição da receita do ICMS sobre a energia elétrica, combustíveis e outros itens apreciáveis nas operações internas, pela necessidade de partilha de alíquota com ICMS federal.

Segundo: perda de receita pela imunidade de insumos, máquinas, implementos e tratores de uso agropecuario, acumulava com ressarcimento em dinheiro dos créditos de ICMS acumuladas na aquisição de bens utilizados na sua fabricação;

Terceiro: anulação da Receita decorrida da não incidência do ICMS sobre os produtos primários e semi-elaborados com as funções pelo Estado da obrigação de ressarcir também em dinheiro, créditos acumulados na compra dos insumos e bens utilizáveis na manutenção dos produtos exportados;

Quarto: não realização de receita tributária no Estado, em torno de 350/mês/ano, pela continuidade do regime de imunidade nas operações que destinam energia elétrica a outros Estados;



Quinto: perda da autonomia do Estado para legislar sobre ICMS e definir a sua política tributária interna.

Esses aspectos negativos para as finanças do Estado. Em termos de valores, em estimativas genéricas, bom pela retirada do IPI da base de cálculo do ICMS, uma perda em torno de 10% da receita do ICMS do Estado do Paraná. A degeneração tributária nas exportações de primários e semi-elaborados, em torno de 13% de ICMS.

Não se sabe ainda com detalhes e o percentual das perdas da desoneração tributária de máquinas e implementos agrícolas, a desoneração de bens de capital nos dão uma perda de 4% do ICMS. E a cesta básica, uma hipótese de desoneração total, perderemos 7% do ICMS. E a continuidade de perda em função da Constituição de 88 pela imunidade do ICMS nas operações interestaduais com energia elétrica, é algo em torno de 350 milhões/ano.

Essas perdas que acabei de mencionar, em função do reflexo negativo na economia do Estado, na diminuição da receita sem considerar as perdas ou a não receita da Constituição Federal de 88 pela imunidade da energia elétrica, nos daria uma perda em torno de 400 milhões de reais/ano. São valores consideráveis que o Estado do Paraná não pode, de forma alguma, concordar com a situação que se encontra.

E tenho absoluta certeza, que os Estados que compõem o Conselho Parlamentar do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, igualmente terão perdas consideráveis, por serem Estados exportadores, por serem Estados que produzem bens de capital e por serem Estados com uma agricultura forte.

Nesta Reforma Tributária, com a inclusão do ICMS federal, o Governo Federal quis de alguma maneira se beneficiar, tributando atividades que têm monopólio e que têm condições de uma fiscalização mais direta e com valores que resultam para o Governo Federal, valores altos, somas expressivas em função da tributação da energia elétrica interestadual e também na venda para outros Estados, de combustíveis. E os Estados como um todo, principalmente os Estados do Sul, perdem somas consideráveis e é por isso que estamos aqui na Assembleia Legislativa, e tenho certeza, também nas outras Assembleias, lutando para que essas perdas sejam vistas de outras maneiras, porque não sabemos como ganho previsto para o Governo do Estado, o ITR estadual chega a 0,075% da receita disponível.

Tudo o que perdemos e a nossa compensação com essa TR estadual a 0,075% da receita disponível, sem considerar esse Fundo de Compensação que até hoje não se sabe a forma como vai ser distribuído e de que

maneira vai atender essas perdas que os Estados terão.

Trago essas informações para os Senhores Parlamentares e em especial para os Senhores que nos visitam, que participam desse encontro, para que possamos, na sequência, iniciar uma discussão e um debate a respeito da reforma constitucional e em especial da reforma tributária, de extrema importância e de valor muito grande em termos de perdas para os Estados que participam desse encontro.

Muito obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) -

Queremos agradecer ao Deputado Albanor pela sua fala.

Gostaríamos, nesta oportunidade, de desenvolver o debate para que os Senhores possam fornecer sugestões, propostas para a Carta de Intenção de Curitiba, porque a nossa intenção não é apenas o discurso, mas sim, a ação e uma ação imediata para que os Estados do Sul possam realmente, junto ao Congresso Nacional e governo federal, buscar soluções para os nossos problemas.

Gostaríamos de solicitar aos Senhores Deputados e presentes que desejarem fazer uso da palavra, que façam a inscrição na Mesa, para que possamos ter uma idéia de quantas pessoas estarão participando.

A Mesa composta pelos membros do Conselho Parlamentar do Sul e os nossos convidados debatedores, o Dr. José Gomes de Carvalho, Prefeito de Curitiba em exercício e Presidente da FIEP, e o Dr. Antonio Caron, Secretário Municipal da Indústria e do Comércio.

Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas, Senhores Parlamentares presentes, dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

É uma honra para esta Casa poder sediar no dia de hoje este encontro dos Parlamentos do Sul, para discutirmos assuntos pertinentes à nossa região, no cenário do nosso país, e ouvindo alguns oradores, tenho para mim também, Senhor Presidente, e a minha participação nessa tribuna é rápida, apenas para encaminhamento de solicitação de aprovação de uma moção nesse encontro do Conselho Parlamentar do Sul, de que o MERCOSUL, formado inicialmente pela idéia de termos um mercado comum, para podermos enfrentar e competir com os mercados do mundo, na verdade ele só vai conseguir chegar a esse estágio, se o MERCOSUL puder, efetivamente, fazer com que os países participantes dele, pelo caminho lento das negociações, do entrosamento, das ne-



gociações da importação e exportações se consolide.

Sem a formação para nós, latino-americanos, do Mercado Comum do Sul, não sere-mos nada, a não ser - interesses maiores em determinados momentos - sem que o cida-dão participe desse processo.

Ouvi alguns oradores que usaram da pa-lavra anteriormente, colocarem uma preocu-pação que tenho feito e tenho dito em mui-tas oportunidades: o MERCOSUL não pode ser uma ligação de São Paulo com Buenos Aires. O MERCOSUL há de ser a formação de um blo-co que traga vantagens e as desvantagens naturais - e o Estado do Paraná é forte-mente atingido por desvantagens com o MERCOSUL, principalmente na sua questão agrícola, mas que traga essa composição. Para isso, Senhor Presidente, a moção que encaminho.

Foi construído no Paraná, a partir de 93, uma ponte entre o Município de Capane-ma, no Sudoeste do Paraná, sobre o Rio Santo Antônio, ligando com Andrecito na Província de Misiones, na Argentina. Esta ponte, desde seu início, transformou-se numa ponte internacional. E o Governo do Estado do Paraná, com recursos próprios, construiu essa ponte, está plenamente construída. Construiu o asfalto de acesso a essa ponte, construiu a alfândega para abrigar tanto os organismos do Brasil quanto da Argentina, nessa alfândega, fez extensão de energia elétrica pela COPEL e está lá instalada a energia elétrica, com iluminação da ponte, está tudo pronto. Dr. Carvalho, Vossa Excelência, que é um pro-fundo incentivador do desenvolvimento do Estado do Paraná!

A nós, brasileiros, há uma importância grande, sim. Porque a província de Missio-nes, ainda despovoada na Argentina, é a maior produtora de celulose daquele país, erva-mate e chá, e grande parte dessa co-lheita é exportada e está a 1400, 1500 km do seu único porto, que é Buenos Aires. E está a 700 km do Porto de Paranaguá. Com uma vantagem de estar a 150 km da divisa com a Ferroeste em Cascavel, o que diminui - pela metade - a distância de exportação e diminui pela metade o custo do frete.

Portanto, Senhor Presidente, para re-forço às lutas que estamos tendo, da bu-rocrazia infernal que lamentavelmente existe nos organismos públicos, esta ponte está há um ano construída e não foi inau-gurada, Dr. Carvalho. O que precisa é ape-nas a declaração de que pode passar do Brasil para a Argentina, porque o resto está tudo feito.

Encaminho, portanto: "O Deputado que o presente subscreve, solicita da corrente Sessão do Conselho Parlamentar do Sul, uma Moção de Apoio à pronta implementação da operação da ponte internacional ligando o

Município de Capanema, no Estado do Para-ná a Andrecito, no Departamento de Missio-nes, República da Argentina. É importante ressaltar que a ponte em referência encon-tra-se completamente construída, com vias de acesso asfaltadas e o prédio da alfân-dega em perfeitas condições de utilização, que definida por acordo, por troca de no-tas, assinado durante a visita do Presi-dente Itamar Franco à Argentina, em maio de 93, pelos Presidentes dos dois países do MERCOSUL.

Solicita finalmente que da moção apro-vada dê-se ciência às autoridades compe-tentes, tais como o Ministério de Relações Exteriores, ao Ministro, chefe da divisão da América Meridional 1, aos Ministros da Fazenda, Transportes, Justiça e da Agri-cultura, para instalação do pessoal compe-tente e alfandegamento do ponto de fron-teira."

Esta moção gostaria, Sr. Presidente, que fosse colocada em votação como reforço a esta posição do Paraná no que diz res-peito a este momento que discutimos do MERCOSUL.

Encaminho à Mesa, com dossiê, de toda a tramitação até o presente momento, foto-cópia dos documentos dos termos de assina-tura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Agradecemos ao nobre Deputado Caíto Quintana pela participação.

Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Cartário, que é o Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária junto aos municípios.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, demais autoridades que compõem a Mesa, Srs. Deputados.

O Paraná é um Estado que tem se apre-sentado ao Brasil como um Estado líder em Movimentos que têm alcançado o seu objeti-vo e com isto fortalecido os demais Esta-dos do Brasil. Até mesmo no aspecto polí-tico foi no Paraná que se iniciou as "Di-retas Já". Foi através dos paranaenses, dos municipalistas do Paraná que o Paraná conseguiu Emenda à Constituição, permitin-do o fortalecimento a todos os municípios com a Emenda "Passos Porto".

Todos os Movimentos que fortalecem os municípios dos Estados têm sido empunhados pela bandeira do Paraná, com todo o res-peito aos ilustres companheiros Deputados do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas está é a realidade. E quando o Paraná que é um Estado dos mais acertados econômica e financeiramente mais regular da nação brasileira.

Talvez por esta razão que se anunciam mudanças na Reforma Tributária para deixar

o Paraná como alguns outros Estados do Brasil: no caos. E o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, que é uma das personalidades mais fortes da política do nosso Estado, pelo seu conhecimento, pela sua vivência, imediatamente houve por bem determinar uma Comissão Especial, presidida pelo nosso companheiro Albanor, para que o Paraná não venha a se somar a outros Estados que estão praticamente ingovernáveis. E nós, aqui do Paraná, não só na parte política, mas também empresarial, o Paraná defende e se posiciona a nível nacional.

O Paraná perdeu um grande Senador, Gomes de Carvalho, ou melhor, o Paraná deixou de ter no Senado o grande Gomes de Carvalho. Curitiba hoje está de parabéns, ele está a frente da Prefeitura da Cidade mais respeitada de todas as capitais do Brasil que é Curitiba, governada pelo Prefeito Rafael Greca.

Senhor Presidente, a nossa proposta aos companheiros do Mato Grosso, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul é que se unam a esse Movimento deflagrado pelo Paraná, em busca do fortalecimento dos Estados. Colocaria aqui duas posições para serem debatidas e serem incluídas na Carta de Curitiba. Primeiro: está uma bagunça tremenda hoje entre Prefeituras e Câmaras Municipais. Não existe uma legislação específica dizendo o quanto o Prefeito tem que repassar às Câmaras Municipais.

Antigamente, até há pouco tempo atrás, as Assembléias, no caso o Paraná, era quem votava e promulgava a Lei Orgânica dos Municípios, tiraram isso do Paraná. Hoje cada município tem a sua Lei Orgânica e cada município coloca dispositivos totalmente aberrantes, tornando impossível uma boa convivência entre o Poder Executivo Municipal e a Câmara, porque não existem parâmetros claros. Quem está pagando esta bagunça é justamente o povo, Prefeito contratando advogados e Câmara de Vereadores contratando advogados. O que queríamos, por exemplo, é que as Assembléias, determinassem o quando ganhariam os Vereadores e quanto poderia ser pago pelos municípios. Hoje a coisa está perdida, hoje não existem parâmetros.

Da mesma forma no que diz respeito à distribuição do ICMS, se este imposto é arrecadado pelo Estado, pago pelo povo do Estado, e a distribuição gerenciada pelo Governo do Estado, através das Assembléias; pergunto aos Deputados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, por que a Câmara Federal tem poder de legislar nos 100% desta Receita? Ou seja, somente 25% fica na competência dos Deputados Estaduais. Se o recurso é nosso? Se o imposto é estadual, pago pelo povo do Paraná, por que somos atrelados à Câmara

Federal que determina e nos seus 75% fica legislando em cima de nós?

O nosso objetivo, Sr. Presidente, é que daqui saísse um pedido à Câmara Federal, de uma reforma constitucional, devolvendo ou outorgando poderes as Assembléias Legislativas, que tiraram e hoje não podemos, praticamente legislar. Porque em toda empresa, em todo segmento econômico-financeiro a pessoa mais importante é quem assina o cheque. E quem está assinando o cheque é o pessoal de Brasília e não nosso pessoal, dos Estados, dos municípios. Esse é um dos motivos maiores que estamos sofrendo nas administrações e na direção administrativa.

Somos contra a separação do Sul do resto do Brasil, principalmente eu que sou apaixonado pela identidade da língua portuguesa. Até mesmo acho que o Brasil tem um caminho muito grande pela frente que é se posicionar na língua portuguesa, na África, aonde existem as maiores riquezas, e o Brasil está demorando a chegar lá. Acredito que a identidade da língua portuguesa é coisa fantástica, por isso jamais poderemos pensar em dividir o Brasil, muito menos o Sul. Mas precisamos ter coragem para apresentarmos mudanças a nível de Estados. As Constituições dos Estados têm que ser mais fortes, o Estado tem que ser muito mais forte, na sua autonomia, pois caso contrário, vamos caminhando para uma degradação econômico-financeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Maurício Picarelli**) -  
Concedo a palavra ao Deputado Waldir Heck, do Rio Grande do Sul.

O SR. WALDIR HECK - Minha saudação ao Dr. Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Saudação também Deputado Maurício Picarelli, Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, que dirige os trabalhos desta manhã. Minha saudação também ao Sr. Prefeito Municipal, de Curitiba em exercício Sr. José Gomes de Carvalho. Nas suas pessoas quero saudar os demais componentes da Mesa, saudar cordial e fraternamente a todos os Deputados do Paraná e as autoridades que se fazem presente a este encontro.

Sem dúvida alguma gostaria inicialmente de reafirmar a disposição de unidade de luta, pensamento e ação dos Estados do Sul. É fundamental que tenhamos presente a necessidade de uma união de esforços na busca dos objetivos comuns, na defesa dos nossos interesses comuns. Trago inicialmente para consideração dos Srs., alguns dados, algumas informações relativas ao MERCOSUL.

Em 1994, o ano passado portanto, as exportações do MERCOSUL para o mundo foram

da ordem de 377 milhões de dólares e as importações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL importou 332 milhões. Portanto exportou mais do que importou. Já em 1995, de janeiro a julho, nossas exportações, exportações do MERCOSUL, somaram 412 milhões de dólares e as importações 570. Seis meses de 95, exportamos 412 e importamos o equivalente a 570.

Vejam Srs., percebam Srs., diante desses números a outra face que nos interessa profundamente vinculada ao MERCOSUL. Especificamente com relação ao Rio Grande do Sul, exportamos para o mundo em 94, dois bilhões e 889 milhões de dólares. E o Rio Grande do Sul exportou para o MERCOSUL o equivalente a 13,06%. Já em 95, crescemos um pouquinho, subimos para 13,88%. Mas tenho uma listagem sobre os produtos que importamos e exportamos. O que o Rio Grande do Sul importou da Argentina percebam os Srs., o Rio Grande do Sul importou da Argentina couros, peles de bovino, cebola, trigo em grão descascado, preparados alimentícios, arroz, bovinos para corte, batatas, filés de merlusa, maçãs frescas, peras, filés de peixe, arroz com casca, feijão preto e outros produtos vinculados a agricultura. Por sua vez, o Rio Grande do Sul exportou para a Argentina, polietileno, colhedoras reboques e semi reboques, pasta química de madeiras, móveis de madeira e produtos industrializados.

Então temos que ver as raízes do problema agrícola por todos nós do Sul, os quatro Estados produtores conforme já foi dito pelo meu colega Mattos, esta Região responde com mais de 50% da produção nacional de grãos e devo dizer aos Srs. que prestando atenção às várias manifestações aqui já acontecidas, é importante nos qualificarmos para o mercado mundial. No entanto, não podemos desconhecer algumas premissas básicas. Competimos em desigualdade, seguramente em relação aos chamados "Países do Primeiro Mundo", competimos em desigualdade, e isso nos preocupa, nos preocupa muito e trago aos Srs. uma consideração e vou até enviar a correspondência a um colega Deputado do Paraná, que me pediu cópia.

A questão das telecomunicações apenas para citar este caso. Em 1988 os Estados Unidos aprovaram uma lei onde eles reforçam a sua disposição de incrementar os negócios na área das telecomunicações. Evidentemente oferecendo tecnologia, exportando tecnologia com a premissa, com o desejo de aumentar o faturamento neste setor e ao mesmo tempo, gerar emprego, conforme a justificativa desta lei. Lá nos Estados Unidos se faz isso, se concebe uma lei para atender aos interesses deles, uma lei portanto, de cunho nacionalista, defesa dos interesses deles.

E a pergunta que cabe a nós: Qual foi e está sendo o nosso procedimento, só nessa área, para compararmos? Deixo este assunto para consideração e reflexão de todos os Srs.. Fala-se em conversão e reconversão. Vejo a situação agrícola na questão da produção, comparada com a Argentina. Os que vêm do meio rural e tenho certeza que a grande maioria dos Deputados aqui do Paraná são oriundos do meio rural e sabem o quanto é difícil produzir e alcançar maiores índices de produtividade face às condições do nosso solo.

O nosso solo precisa de alimentos constantes: calcário, fertilizantes e assim por diante. Na Argentina a situação é diferente. A natureza é pródiga para eles. Não há como competir de igual para igual, se o custo de produção lá é bem inferior ao nosso. No entanto, não temos nenhuma proteção para garantir uma certa igualdade. Competimos em desigualdade flagrante. O governo federal não se apercebe ou não quer se aperceber de que precisa criar mecanismos de compensação para a agricultura dos Estados do Sul, porque não há como competir e aí não tem mágica, não tem mecanismo, não tem conversão, não tem reconversão, é a natureza que os privilegia e nós aqui pagamos um preço por isso.

Então, Senhores Deputados, quero propor minha breve intervenção, porque gostaria de me deter na análise de outras questões, que estão sendo debatidas no Congresso Nacional e desculpem se alguém pensar diferente, na verdade estamos comprometendo o nosso patrimônio nacional, estamos entregando o nosso patrimônio ao sabor de interesses que, seguramente não são da maioria da sociedade brasileira.

Quero propor, através deste Conselho Parlamentar do Sul, que se constitua um grupo de trabalho para fazer uma análise mais profunda dos acordos assinados com relação ao MERCOSUL. Precisamos estudar melhor esses acordos. No começo, tudo era novidade, tudo era bom. No entanto, a moeda como sempre tem duas faces, precisamos conhecer, também, a outra face. É preciso detectar, identificar os pontos que, eventualmente, precisam ser corrigidos, refeitos, revisados nesses acordos feitos entre os países do MERCOSUL. Porque do jeito que vai indo, vamos quebrar. Muita gente vai quebrar. Esse é o termo que se usa no nosso interior.

Agricultura literalmente falida, os agricultores mal e a partir disso, as nossas empresas voltadas ao setor agrícola: implementos, máquinas, comércio, todos padecendo deste mal. É um problema bem mais amplo, bem complicado, bem complexo que precisa de solução urgente. E mais do que isso. Não adianta modificar leis federais

se não houver, também, esta mudança fundamental na agricultura. Porque o Rio Grande do Sul, como outros Estados, seguramente, cada vez estão arrecadando menos.

É lamentável, é triste que tenhamos que discutir questões neste momento e desta natureza. O que proponho é exatamente uma tomada de posição conjunta, de todos os Estados do Sul, mais uma vez como já fizemos em outra ocasião, viajando a Brasília entre vários representantes das Assembléias dos quatro Estados, para pressionar na busca de mudanças e de compensações, fundamentalmente na área da agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Muito obrigado, Deputado Valdir Heck, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Demais presentes a esta Sessão.

O assunto que nos traz à tribuna, é para junto ao Conselho Parlamentar do Sul, conseguirmos, também, a manifestação favorável a três assuntos ligados especificamente à agropecuária, à agricultura em nosso país e principalmente da nossa Região.

Na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, temos sistematicamente comparecido a esta tribuna para falar a respeito dos problemas, da situação e das propostas que entendemos serem necessárias à sua viabilização, para que possamos ter restabelecida no meio rural, a ordem estabelecida no meio rural, o estímulo e, acima de tudo, o trabalho rentável dos nossos agricultores.

Fico satisfeito de que no dia de hoje a Assembléia Legislativa, pela maioria dos seus Deputados aqui comparecem para prestigiar essa reunião do Conselho Parlamentar do Sul, que foi uma idéia surgida há uns dois anos atrás, quando na Presidência da nossa Assembléia Legislativa, junto com o Deputado Anibal Khury, na primeira Secretaria, junto com outros amigos, companheiros desta Casa, discutíamos com Santa Catarina, com o Rio Grande do Sul, com Mato Grosso do Sul, a necessidade de nos integrarmos, porque a todo instante acompanhávamos as reuniões dos Governadores através do CODESUL e nem sempre aquilo que os governantes decidiam, de comum acordo nessas reuniões, acabava sendo decidido de comum acordo nas Assembléias.

Muitas vezes o posicionamento da Assembléia do Rio Grande divergia da do Mato Grosso, a do Mato Grosso de Santa Catarina, a de Santa Catarina do Paraná, a do

Paraná, das demais. Mas, felizmente, este Conselho Parlamentar do Sul, ao ser criado, não se restringia apenas a acompanhar as reuniões do CODESUL, a reunião dos Senhores Governadores. Ele criou vida própria, ele criou um estímulo interno maior do que aquilo que nos motivava no início desses trabalhos e a gente pode vir aqui hoje, depois que iniciou esta nova legislatura e que reuniões já aconteceram em outros Estados e recentemente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a gente pode vir aqui hoje debater assuntos do mais elevado interesse dos nossos Estados e acima de tudo estabelecer um equilíbrio, uma sintonia de pensamento entre as Assembléias desses quatro Estados.

Vir aqui e ouvir o Antoninho Caron, ouvir o nosso amigo e companheiro Carvalhinho, ouvir a explanação do Deputado Albanor, em nome da Comissão de Reforma Tributária, do Deputado Cartário, enfim, ouvir o pronunciamento de Parlamentares que aqui comparecem na defesa de pontos de vista que interessam a todos nós e que muitas vezes não têm a necessária e devida sintonia.

É neste sentido que compareço a esta tribuna para pedir aos Senhores Deputados e ao Conselho Parlamentar do Sul que transforme em proposta do Conselho Parlamentar do Sul, aquilo que junto com o Deputado Augustinho Zucchi propusemos nesta Assembléia na última quarta-feira, portanto, no dia de ontem, que é resultado de reuniões que tivemos nesta semana lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde Presidentes de Comissões de Agricultura de sete Estados, reunidos analisavam a crise da agricultura brasileira e propunham caminhos, propunham soluções para estes problemas, e nada melhor do que nós, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, sairmos à frente da defesa daquilo que entendemos necessário para a agricultura, porque como disse o Deputado Pompeu de Matos, esses quatro Estados correspondem com toda a certeza por pelo menos 55 a 60% de toda a produção agropecuária deste país, mormente da produção de grãos.

E lá no Mato Grosso do Sul, quando reunidos estávamos com mais a participação de Goiás e Mato Grosso, com certeza tínhamos lá ao redor de 80% do PIB agropecuário deste país e, portanto, as manifestações lá existentes eram manifestações das mais concretas e verdadeiras.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, ouvindo atentamente o seu pronunciamento e também quando ouvíamos o Deputado do Rio Grande

do Sul, Valdir Heck, da região de Ijuí, Rio Grande do Sul, nos preocupamos e queríamos dar alguns dados de extrema importância, até para que quando elaboremos a Carta de Curitiba, para que fiquem registrados esses dados.

Quando se fala da integração do MERCOSUL que é necessária e irreversível, na minha avaliação ela é extemporânea. Temos que avaliar com mais cuidado esta integração. A própria Europa nos deu um exemplo, para que houvesse integração no Mercado Comum Europeu, se estudou, se debateu, se analisou por quase 50 anos e estamos fazendo uma integração às pressas que trará prejuízos aos Estados do Sul, prejuízos irreversíveis na verdade, que na minha avaliação levarão à falência principalmente a agricultura e a pecuária, nestes quatro Estados do Sul.

Quando o Deputado Waldir Heck falava dos produtos que estavam sendo importados pelo Rio Grande do Sul, somente produtos agrícolas! Não temos salvaguarda nenhuma, não temos restrições nenhuma para que estes produtos entrem no nosso País.

Quando o Deputado Waldir Heck falava das vantagens que a natureza dá a Argentina, mas também gostaria de colocar aqui a desigualdade que existe entre o Brasil e a Argentina, a desigualdade tributária. As tarifas portuárias no Brasil são muito maiores do que na Argentina, os fretes aqui em nosso País são muito maiores, elevando o custo dos produtos agrícolas.

Acho que todos temos que nos preocupar com esta questão. Para que possamos diminuir a tributação dos produtos agrícolas, há iniciativa, por parte do Governo Federal, que propõe a isenção do ICMS, em todos os produtos primários. Em contrapartida, se isso for aprovado, que na minha avaliação é necessário que seja aprovado, até para salvar a agricultura dos Estados do Sul, se isso for aprovado também quebra o Poder Público Estadual, destes quatro Estados.

Então, estamos vivendo um grande impasse! No momento em que precisamos que haja uma igualdade tributária, que aqui é três vezes maior o custo tributário para a agricultura, do que é na Argentina, também temos que nos preocupar com a arrecadação dos Estados. Esse é o grande impasse que vivemos no momento! Se de um lado temos que defender a isenção, por outro lado temos que nos preocupar com a arrecadação destes Estados.

E o que nos preocupa, quando o Presidente da FIEP, Carvalhinho, falava que apenas em discursos os Governadores do Sul se pronunciam, se preocupam com relação ao MERCOSUL, digo ao nobre companheiro, Carvalhinho, que nem em discursos tenho visto os Governadores do Sul se preocuparem com

esta questão seriíssima, que vivem os Estados do Sul. Há necessidade de um posicionamento, não só das Assembléias mas de todas as lideranças dos quatro Estados do Sul, para que a questão do MERCOSUL seja melhor estudada, seja melhor debatida, seja melhor avaliada!

Não podemos levar a agricultura do Sul do País à falência! Por isso, fiz questão de dar este aparte.

Também gostaria de deixar aqui uma sugestão, principalmente com relação ao Paraná, quando o Deputado Albanor Gomes se pronunciava, no estudo que foi feito para analisar a reforma tributária em torno de 400.000.000 de dólares ao ano somente na questão da energia elétrica, nas operações interestaduais, o Paraná já está perdendo 350.000.000 de dólares.

Acredito que uma das sugestões para o Governo Federal, seria de que aceitaríamos esta isenção para o ICMS dos produtos primários, desde que fosse tributado o ICMS nas operações de energia elétrica. Talvez com isso, o Paraná particularmente, não perderia praticamente nada, 90% do ICMS atual, estaria resguardado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço a manifestação, Deputado Cezar Silvestri, e vem justamente de forma a contribuir com o encaminhamento que neste momento estamos fazendo, das nossas propostas.

Mas dizíamos que em reunião realizada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, algumas sugestões foram tiradas, e devemos levar esta reunião adiante, já que foi marcada uma outra para os dias 17 e 18 de outubro, em Brasília, com os Deputados Federais, para que eles se somem a estas reivindicações das Assembléias Legislativas.

E sabemos sim, Deputado Cezar Silvestri, dos prejuízos, como relata Vossa Excelência, como relata o Deputado Waldir Heck, nesta troca de produtos, nesta comercialização, importação e exportação de produtos do Brasil e outros países do Mercado do Sul, do Cone Sul.

Já alertávamos isso em 1983, quando aqui chegamos para nosso primeiro mandato, quando discutíamos as questões ligadas aos moinhos coloniais, a proibição dos moinhos coloniais que existia através do Decreto 210/67. Discutíamos, naquela ocasião, a problemática da questão do trigo, quando surgiu o protocolo 22, que estabelecia cotas de importação do trigo nós estamos vendo hoje o que está acontecendo. O Paraná que produziu mais de 3.500 toneladas de trigo não produzirá nesta safra agora mais que 1.600. Quer dizer, o Brasil está produzindo menos 60%, 70% do trigo precisado e nós estamos vendo hoje o reflexo do preço do trigo internacional.



Não se pagava o trigo aqui, não se dá preço de garantia ao trigo de 200 reais de toneladas e já se fala em preço internacional a mais de 200 reais a tonelada.

Então tudo isso nós temos alertado muito tempo, e é por isso que mais uma vez reafirmo a importância do nosso Conselho Parlamentar do Sul, que nós possamos a cada dois meses no máximo nos reunir, debater assuntos que interessa na implantação do MERCOSUL, sei que o Deputado Zuk, Deputado Toti, vão continuar lutando para que a famosa rodovia do MERCOSUL não seja apenas uma Rodovia litorânea, vão continuar lutando para que ela seja uma rodovia interiorana que venha por Concórdia, que venha pelo interior do Rio Grande, que venha pelo interior de Santa Catarina, que passe por União da Vitória, Irati, Ponta Grossa, e chegue a São Paulo, para que possamos também levar para o interior os benefícios que possam advir do MERCOSUL.

Sei que as questões tributárias serão bem conduzidas pelo nosso companheiro Albanor e demais Deputados que cuidarão disso. E nós queremos propor que seja também não só da Assembléia Legislativa do Paraná essa proposta, mas que se transforme numa proposta dos quatro Estados do Sul, do nosso Conselho Parlamentar do Sul, e que diz respeito a securitização do passivo, dívida dos produtores rurais. Essa é uma proposta que vem sendo feita através da Frente Parlamentar da Agricultura, junto a Câmara e o Senado Federal, é uma proposta que hoje já vem sendo discutida sobre a Liderança do Ministro da Agricultura, sobre a Liderança das Cooperativas do Brasil, das Federações enfim, de diversos setores engançados nesse problema da agricultura e que tenha uma sinalização de certa forma positiva perto do Banco do Brasil, como do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Planejamento e que está faltando talvez uma pressão um peso político em cima disso para que seja viabilizado rapidamente, porque será bom para os produtores que terão através desse processo de securitização de suas dívidas a transformação daquilo que é um passivo hoje em equivalência ao produto, ficará se devendo produto e isso poderá ser pago ao longo do tempo o Banco do Brasil ao emitir esse Certificado de equivalência poderá negociá-los enfim equilibrar também o seu balanço.

Então nós que fizemos esse requerimento aqui na Assembléia Legislativa do Paraná queremos também transformar isso numa moção dos quatro Estados que compõem o Conselho Parlamentar do Sul.

Também pedir que seja uma proposta e uma ação das quatro Assembléias Legislativas aquilo que hoje já é uma decisão da Assembléia do Mato Grosso do Sul, informado

que foi pelo Deputado de Santa Catarina Ulisses Santini, que lá esteve em Campo Grande, e também uma proposta já de Santa Catarina no que diz respeito a ação direta de inconstitucionalidade contra resoluções diversas do Banco Central, contra a circular do Banco Central e contra o artigo 2º da Medida Provisória 1.023 recentemente editada pelo Presidente da República, que diz respeito a correção monetária imposta sobre os financiamentos agropecuários. E o que nós queremos nesse processo, nessa ação direta de inconstitucionalidade é eliminar essa correção monetária e estabelecer que as dívidas dos produtores, os financiamentos dos produtores tenham a mesma correção que aquela implantada para a política de preços mínimos.

A Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul através da sua Mesa Diretiva o Presidente Roberto, o 1º Secretário Londres, 2º Secretário Picarelli, já argüiram essa inconstitucionalidade que recebeu o nº 1307/95, Santa Catarina está se manifestando como litisconsorte me parece nessa ação e nós também no dia de ontem requeremos que a nossa Assembléia Legislativa patrocine também uma ação de inconstitucionalidade ou também se manifeste como lidisconsorte, peço também que o Rio Grande do Sul se posicione.

E finalmente Senhor Presidente, queremos propor ainda mais uma moção também de apoio é o que requeremos aqui para que possamos endereçar ao Ministro da Agricultura Senador José Eduardo, do Planejamento Serra, Malan da Fazenda, Banco Central Sr. Loyola, Banco do Brasil, Ximenes, uma moção do Conselho Parlamentar do Sul, no sentido de que haja a imediata liberação para os financiamentos cotas parte das nossas cooperativas. Todos nós sabemos a importância do setor cooperativista, todos nós sabemos os reflexos hoje pendentes em cima das cooperativas, todos sabemos que a situação difícil do agricultor reflete por inteiro no sistema cooperativista e sendo os quatro Estados responsáveis por 50% da produção nacional, certamente terá as suas cooperativas uma representação muito superior a isto em termos de participação cooperativista no Brasil. Foi editado recentemente pelo Banco Central a Resolução 2.185, em 26 de julho, estabelecendo a linha de crédito para integralização de cotas partes de cooperativas de produção, foi estipulado o valor de 700 milhões para este financiamento, mas até o presente instante não mais do que 15% desses recursos foram liberados e nós queremos realmente que esses recursos sejam liberados imediatamente porque estarão dando condições de saneamento às nossas cooperativas, dando condições de normalizar uma parcela significativa do problema da agricultura



do nosso País.

Portanto, são estas as três propostas que levo ao Conselho Parlamentar do Sul, todas elas ligadas ao setor agropecuário, porque nesta Casa, ao lado de outros companheiros, nós temos a responsabilidade de conduzir os assuntos ligados ao setor agropecuário.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Pessuti, antes de Vossa Excelência encerrar, só gostaria de solicitar novamente um aparte para reforçar a minha preocupação e quando digo que é extemporânea essa integração do MERCOSUL.

Reforçando, dando apenas dois exemplos para não me alongar, com relação a batata que é um dos produtos que estamos importando. No Brasil é proibido o uso de mercúrio para o plantio da batata. Nos países vizinhos é usado o mercúrio e isso deduz em 40% o custo de produção da batata, enquanto aqui nós proibimos, lá eles utilizam e nós importamos a batata em que é utilizado o mercúrio.

Um outro exemplo, no caso da importação da carne. Nós aqui no Brasil proibimos o uso de anabolizantes e todos aqueles que trabalham com pecuária sabem que no momento que se utiliza o anabolizante se ganha em produtividade em torno de 20 a 25%. Então, nós não usamos anabolizante. Agora, em outros países se usa anabolizante e nós importamos a carne.

Então, acredito que temos que estudar esta questão da integração com muito mais carinho e acho que há necessidade da união de todas as lideranças dos quatro Estados do Sul para que nós joguemos mais para a frente essa integração.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço mais uma vez a oportunidade que a Presidência do Conselho Parlamentar do Sul nos dá de manifestar aqui e peço realmente que estas três propostas nossas sejam aprovadas e que possamos, de imediato, via "Fax" até, fazer chegar às autoridades aqui mencionadas a nossa proposta.

E sugiro, ao final ainda, aos nossos Presidente de Assembléia e representantes que aqui estão, que façamos na próxima semana, diante daquilo que foi falado pelo Deputado Cezar Silvestri, cada Assembléia procure em seu Estado manter um contato com o Governador do Estado para que possamos discutir esses assuntos do MERCOSUL.

Levem uma minuta daquilo que foi discutido para que eles possam estar sintonizados com aquilo que as nossas Assembléias discutiram no dia de hoje.

Era isto, mais uma vez muito obrigado e os cumprimento pelo brilhantismo dessa reunião, Deputado Maurício Picarelli.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Obrigado, Deputado Orlando Pessuti. Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, Deputado Maurício Picarelli, nosso vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente Deputado Zuk, Prefeito em exercício de Curitiba, Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, caros colegas Parlamentares, imprensa.

Vejo, com alento que o Rio Grande do Sul, através de seus representante, assim como Santa Catarina e o Paraná comungam das nossas preocupações em relação aos efeitos MERCOSUL, particularmente no setor primário, setor agropecuário, que vem sendo penalizado grandemente em função da implantação do MERCOSUL.

E gostaria de frisar que têm outros setores, outras regiões que sofrem efeitos altamente negativos, com a implantação do MERCOSUL, e que muito embora sejamos francamente favoráveis à criação deste Bloco Econômico, teremos que ver e rever estas peculiaridades. A condição de corredor do MERCOSUL, já colocada por Parlamentares, em especial do Rio Grande do Sul, papel este que está sendo desenvolvido pelos Estados do Sul, ele se materializa na fronteira. E na minha região, na região que represento, se materializa de forma toda especial. Sou representante da região Oeste do Estado do Paraná, da Cidade de Foz do Iguaçu, e vejo, com tristeza que o MERCOSUL acontece sim, mas que traz efeitos altamente danosos para a minha região em especial.

Tínhamos no comércio de fronteira entre Foz do Iguaçu, especialmente Foz do Iguaçu com o Paraguai e Argentina, uma das alavancas do nosso desenvolvimento. Mais de 1.500 empresas instaladas, mais de 20.000 empregos diretos gerados que hoje não existem mais, num curto espaço de tempo, literalmente acabou! Quer dizer, além da agricultura o comércio de fronteira sofreu danos irreparáveis com a implantação do MERCOSUL.

Recentemente, numa das visitas do Presidente Fernando Henrique a Foz do Iguaçu, as lideranças colocaram este problema para o Presidente e o mesmo, numa visão paulistana do MERCOSUL, alegou total ignorância, refutando totalmente as nossas informações e argumentos, dizendo que estávamos equivocados, que segundo os dados que chegaram em suas mãos houve um incremento fabuloso nas relações comerciais dos países do MERCOSUL. Realmente houve mas naquela visão paulistana, onde o comércio acontece entre Buenos Aires e São Paulo, entre Montevideo, Assunção e São Paulo, e Estados como os nossos, que vivem da economia pri-

mária estão literalmente quebrando. Este é um alento, não é um problema só do Paraná, vemos que outros Estados da Federação, principalmente os que vivem da agricultura estão também solidários conosco.

Outra questão que eu gostaria de colocar aqui é que os Estados do Sul sejam solidários. Pedir, solicitar a solidariedade dos Estados do Sul para uma batalha que o Paraná vem travando há muito tempo, mas que São Paulo e Rio de Janeiro não admitem que o Paraná tenha a sua reivindicação atendida, falo desta questão com conhecimento de causa, porque como ex-Deputado Federal, por dois mandatos, acompanhei, de perto, inclusive na elaboração da Constituição de 88, a luta do Paraná. Travávamos, na oportunidade, a luta pela conquista dos royalties, paralelo à luta pela tributação do ICMS da energia exportada.

Lembro-me, nos detalhes, como foi esta negociação, Senador José Carlos Gomes de Carvalho, que acabou se envolvendo de corpo e alma nessa luta e consolidando para o Paraná o direito ao recebimento dos royalties. Na época o então Deputado José Serra, hoje o Deputado Francisco Dorneles nos puseram a faca no peito, digamos assim. E nos colocaram como condição: vocês ficam com os royalties e abrem a mão do ICMS sobre energia exportada ou vocês ficam com o ICMS sobre energia e abrem a mão dos royalties.

Como eu estava muito envolvido na questão e tinha interesse primeiro de resolver o problema da minha região de Foz do Iguaçu e aqueles municípios da beira do lago, ficamos com os royalties, mas foi um péssimo negócio para o Estado do Paraná. Recebemos os royalties na ordem de 100 milhões de dólares por ano, quando perdemos de receber cerca de 300 milhões de dólares por ano com a isenção da exportação da energia na questão do ICMS sobre energia. É fundamental o apoio dos Estados do Sul para que consigamos remover a parte final do inciso X letra B artigo 155 da Constituição que diz que não incidirá imposto sobre energia elétrica exportada. Temos que remover essa barreira.

O Sr. José Gomes de Carvalho: O Sr. me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA - Com muito prazer vice-Prefeito.

O Sr. José Gomes de Carvalho: Quero dizer ao Deputado e aos Parlamentares da importância do seu pronunciamento e da importância do pronunciamento do companheiro Cezar Silvestri.

O problema da energia no Paraná, Deus foi dadivoso quando fez o mundo e colocou aqui as inúmeras quedas d'água mas a his-

tória verdadeira, o Deputado tem razão era pegar ou não pegar, porque o assunto do ICMS colocado sobre energia que deva ser pago na ponta do consumo e não na ponta geradora que é o nosso caso; já estava definido na Constituinte. E o saudoso Deputado Maurício Fruet e rendo as minhas homenagens a ele, foi ele que como Parlamentar na Constituinte colocou que deveria ser inserido os royalties para o Estado do Paraná e para os Estados geradores evidentemente que tivessem as mesmas condições.

Mas precisava uma Lei Complementar. Então era preciso que além do trabalho do Deputado Maurício Fruet, Deputado Spada e de todos aqueles Parlamentares que haviam se envolvido, não havia muito o que fazer. Mas quero falar para a frente, o Ministro José Serra esteve recentemente em Curitiba com o Governador Jaime Lerner. Quando eu soube que ele estava com o Governador Jaime Lerner fui ao Palácio e fui obrigado a dizer para ele: "Ministro, V. Exa. é responsável por uma perda no Paraná hoje de 250 milhões de dólares." Esse é o número exato. E ele se comprometeu, naquele momento estava presente o Secretário do Planejamento que há de encontrar uma maneira para que possamos nos ressarcir disso.

Conversava com o meu amigo Deputado Betencourt, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, há pouco. Santa Catarina produz só 5% da energia da sua necessidade de consumo. Por isso a minha intervenção é no sentido de que os Estados do Sul possam colocar, Sr. Presidente, de forma muito clara quais são as suas prioridades. E aí sim temos que negociar as nossas prioridades, porque o que pode ser muito interessante para o Paraná, pode não ser interessante para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, mas por outro lado há de ter outros temas do interesse dele que não nos interessa. E aí sim negociaremos as nossas prioridades e trabalharemos em bloco.

Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado pelo aparte que veio abrilhantar o meu pronunciamento o Prefeito José Gomes de Carvalho.

É importante frisar que o que nos interessa mesmo Prefeito é cobrar ICMS sobre a energia exportada por Itaipu, que vai na sua totalidade para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. 4% apenas da energia gerada por Itaipu é distribuída no Sul através da ELETROSUL, COPEL e Companhias que integram o setor de energia aqui do Sul.

Para finalizar estou apresentando uma moção de reserva. Ontem eu ouvia preocupado a notícia vinculada pela CEN em cadeia nacional. Um forte Movimento, um grande

Movimento, mais uma vez desencadeado de forma competente e inteligente do Nordeste, a Bancada Nordestina, 9 Governadores, as bênçãos do vice-Presidente da República, Marco Maciel, pressionando o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que ele crie uma versão piorada do Ministério de Integração Regional que conheci muito bem, a prática da distribuição da verba do Ministério de Integração Regional.

Querem na verdade, criar um Ministério do Planejamento paralelo para fugir ao contingenciamento que está sendo imposto no orçamento da União pelo Ministro José Serra. Descaradamente é isso que o Nordeste pleiteia no presente momento. Não podemos aceitar. Estamos contribuindo com muito sacrifício para o plano de estabilização econômica. Não podemos admitir mais esse privilégio para contemplar o Nordeste, o Norte, o Centro em detrimento do Sul. Não pedimos privilégios para nós, não podemos tolerar privilégios para o Norte e para o Nordeste.

Aliás, estamos cansados de ver o Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador competente, habilidoso, peitudo, ganhar no grito, vide caso Banco Econômico, episódio recente que escandalizou o Brasil e o mundo.

Estou apresentando uma Moção de Reserva e quero submeter à apreciação das Assembleias do Conselho Parlamentar do Sul e que seja encaminhada essa Moção ao Presidente da República, ao Presidente do Congresso, Lideranças do Congresso Nacional em nome de todo o Sul, que essa proposta, a criação do Ministério do Nordeste, não interessa aos interesses da nação.

Passo a ler a Moção:

"Exmo. Sr. Presidente do Conselho Parlamentar do Sul.

Moção de Reserva.

O Deputado que a presente subscreve, vem mui respeitosamente, seja incluída na pauta desta Sessão do Egrégio Conselho, a solicitação de aprovação de uma Moção de Reserva, que deverá ser enviada ao Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à Mesa Executiva e demais lideranças do Congresso Nacional no sentido de estarem vigilantes quanto à iniciativa da Bancada Federal do Nordeste, que com o apoio de nove Governadores daquela Região, inclusive do Senhor vice-Presidente da República, Marco Maciel, objetivando a criação de um Ministério do Nordeste; que teria hipoteticamente uma atuação paralela ao Ministério do Planejamento.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil vive hoje uma das suas mais sérias crises, visando uma grande transformação social pretendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e tão sonhada por nós brasileiros.

As dificuldades têm alcançado todas as camadas sociais, independente de aspectos regionais.

Os princípios fundamentais da Constituição Federal são formados, entre outros, pela igualdade entre os Estados, e todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, por isso, como Parlamentar e como cidadão, residente no Sul do país, não posso aceitar a formação de um Ministério fisiológico e clientelista que venha permitir uma luta desigual entre as Regiões do país.

Pelas razões expostas, peço a elaboração de um documento no sentido de se impedir o surgimento desta distinção em favor dos Estados do Nordeste.

Curitiba, 05 de outubro de 1995.

(a) DEPUTADO SÉRGIO SPADA

Líder do PPB/PR"

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) -

Obrigado Deputado Sérgio Spada, queremos agradecer e registrar a presença do ilustre Prefeito da Cidade de Londrina, Luiz Eduardo Cheida e do Sr. Secretário do Planejamento, Dr. Alexandre Modesto Cordeiro.

A presença dessas autoridades nos honram.

O Deputado, membro do Conselho, Pompeu de Mattos estará fornecendo a sua proposta para a pauta de hoje.

O SR. POMPEU DE MATTOS - Sr. Presidente, temos uma Moção em defesa da agricultura e gostaríamos que fosse inserido no documento final a ser elaborado em decorrência da nossa reunião.

Trata do enfoque que temos dado na questão a agricultura, da produção primária dos quatro Estados do Sul que atinge mais de 45 milhões de toneladas, ou seja, mais da metade da produção nacional de grãos.

Hoje a cesta básica em São Paulo está barata e se comemora uma inflação mínima e até se fala em deflação, só que a conta desta cesta básica barata quem paga é o Sul. Estamos pagando a conta enquanto comemoram. O preço dos nossos produtos cobrem sequer os custos de produção e os Estados que colhem é que acabam pagando o preço, não tendo dinheiro para pagar a folha de pagamento. Muitos municípios já estão com o salário atrasado em função disso.

O Plano Real, cujo sucesso o Presidente alardeia tem seus custos pagos pela produção primária e via de consequência, por quem a produz, naturalmente, de novo, os Estados do Sul. O MERCOSUL, realidade inexorável, e que vai estimular a competição especialmente na produção primária, o que poderá ser predatório para a economia

do Sul do país. Pois o que se produz aqui com altos custos, na Argentina e no Uruguai se produz a custo muito baixo. E essa produção servirá de moeda para adquirir os manufaturados do centro do país, especialmente São Paulo.

Enquanto não tivermos políticas econômicas compensatórias, vamos servir tão somente de elo de ligação geográfica e corredor de negócios sem participação real e necessária a que temos direito. Ficando na incumbência, de novo, de pagar a conta de uma integração. O Sudeste fica com o bônus e nós ficamos com o ônus.

Para finalizar, a reversão desse quadro faz-se necessária através da unidade política do Conselho Parlamentar do Sul aliado a outros segmentos, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos exatamente para exigir do Poder Central aquilo que nos cabe na Receita nacional. O socorro a que temos direito na reversão da política agrícola e as políticas compensatórias que se fazem necessárias para a verdadeira integração do MERCOSUL. Esse documento gostaria que fizesse parte do documento final a ser elaborado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarrelli) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, autoridades já nominadas. Quero ser curto e rápido como gaúcho que sou. Primeiro: quero, aqui, cumprimentar o nosso vice-Prefeito de Curitiba, José Gomes de Carvalho, juntamente com o Deputado Valdir, acompanhei todos os pronunciamentos e que fizeram aqui, neste Fórum, pronunciamentos importantes de valorização principalmente da Região Sul.

Acho que está na hora da Região Sul dar o seu grito de independência devido aos últimos acontecimentos e à discriminação que estamos sofrendo aqui, os Estados do Sul. Acho que temos que sair exatamente do papel, da discussão para enfrentarmos a nível de Brasil, se for preciso, até o Presidente da República. E quero dar uma sugestão para este Fórum. Que o Conselho Parlamentar do Sul faça com que os governadores dos 4 Estados se reúnam, em conjunto, e comecem, imediatamente, um trabalho aliado às Assembleias, às Prefeituras, aos Vereadores, aos Governadores e, principalmente, os Deputados Federais dos quatro Estados para que o Sul, realmente seja respeitado.

Os quatro Estados estão esquecidos e são aqueles que carregam a economia deste país, como já foi citado aqui. Por isso, quero deixar esse manifesto que os governantes dos Estados do Sul sejam mais cora-

josos e não tenham medo de dizer o que sentem e reivindicar aquilo que nosso povo quer.

E quero usar uma expressão usada no Rio Grande, por um cidadão que já existiu há muitos anos atrás: "- Esta terra tem dono!".

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarrelli) - Queremos registrar a presença do Dr. Márcio Américo - Secretário de Obras da Cidade de Londrina.

Com a palavra, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores membros da Mesa.

No Estado do Paraná, possuímos um Bloco Municipalista Permanente. Tenho a honra e a alegria de ser o Coordenador neste período legislativo. Queria deixar registrada a nossa participação neste grande encontro, destacando dois pontos: primeiro. É claro, a preocupação que foi abordada pelo Rio Grande do Sul, que foi com relação à situação em que se encontram os municípios, tanto do Rio Grande, e muito especialmente do nosso Estado. Os municípios, realmente, estão aí muitos deles com as suas portas fechadas, trabalhando meio expediente, muitos deles não conseguindo fazer o pagamento dos funcionários e esta preocupação tem que estar permanentemente na Assembléia Legislativa e em todos os Estados, principalmente aqui do Sul.

O que me chamou a atenção e que gravei nesta semana, um pronunciamento feito pelo nosso Presidente Aníbal Khury, e que foi repetido ontem à noite naquele jantar e que deve estar gravado e gostaria que Vossas Excelências, principalmente dos Estados que estão representados aqui, o que pensa o Presidente da República com relação aos Estados e aos municípios.

Dizia o nosso Presidente, palavras do próprio Presidente da República no encontro dos Presidentes das Assembleias em Brasília. A visão do Presidente: "Os municípios estão ricos, os Estados remediados e a nação, a federação, quebrada". Diz o nosso Presidente que esta é a visão do Presidente da República e que é uma visão equivocada e que isso deve ser tema de debate nas Assembleias Legislativas de todos os Estados e deve ser tema para as bancadas federais nossas, porque não é possível o nosso Presidente da República, num encontro formal com os Presidentes das Assembleias, exteriorizar aquilo que ele pensa, dessa forma.

Em segundo lugar, gostaria de destacar as palavras do Presidente da FIEP, Dr. José Gomes de Carvalho, quando ele dizia que ele não vê uma ação concreta dos nossos governadores com relação ao MERCOSUL e com

relação aos problemas do sul do nosso país. Devo parabenizar a coragem do Presidente da FIEP que hoje está exercendo a função de prefeito, por ter dito da tribuna deste Parlamento a todos nós, dizendo aos Presidentes das Assembléias aqui presentes, pedindo respeito, pedindo vênias aos nossos visitantes, mas me parece que foi uma das colocações muito fortes colocadas aqui em Curitiba.

É preciso que os nossos governantes, que têm um poder de fogo muito grande, possam realmente bater de encontro com a equipe econômica do Governo Federal, composta por uma estrutura muito pesada do Estado de São Paulo e que isto vem prejudicando o Paraná, Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul.

Essa posição do empresariado nosso representada pelo Presidente da nossa Federação, foi muito importante para o nosso encontro.

Quero parabenizar o Conselho Parlamentar do Sul, na pessoa do Deputado Anibal Khury e do nosso representante oficial, Deputado Luiz Carlos Zuk, que é um batalhador incansável nas nossas lutas municipalistas e principalmente dos interesses do nosso Estado, hoje integrado com os interesses dos outros três Estados que compõem esse Conselho. Parabéns.

Para a sugestão final: que fosse inserido em ata e na proposta, que para o próximo encontro do Conselho Parlamentar do Sul, tenha uma representação federal, uma representação do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Mato Grosso. A presença dos Deputados Federais nesses encontros, porque é preciso que eles participem e sintam de perto o que nós Parlamentares, que estamos no dia-a-dia lidando com os nossos vereadores, prefeitos, e estamos no contato direto com a população dos nossos Estados, e possam perceber as dificuldades que estamos atravessando nesse momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Picarelli) - Vamos colocar em votação as Moções e as propostas.

Se todos concordam, determinamos à Coordenadoria Técnica do Conselho a sistematização dessas propostas para a realização

do documento e a Carta de Curitiba.

Estaremos procurando a adesão de Prefeitos, Câmaras Municipais, Federações da Indústria e do Comércio e de todas as pessoas interessadas no bom andamento e progresso dos quatro estados, e através desse manifesto, será levado ao Presidente da República, aos Ministros da área econômica e também ao Congresso Nacional e estaremos levando essas moções pessoalmente, se Deus quiser. Vamos tentar e vamos "bater" duro para conseguir esse intento e estaremos levando essas Moções pessoalmente, se Deus quiser.

E fazemos já o convite, para o próximo dia 6 de dezembro, na querida Porto Alegre - Rio Grande do Sul, a 5.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Parlamentar do Sul.

Queremos agradecer, do fundo do nosso coração, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa do nobre Presidente, Deputado Anibal Khury, e de todos os Parlamentares que integram esta Casa do povo, agradecer as presenças do Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina - com a sua comitiva e seus Deputados, nosso querido companheiro Pedro Betencourt Neto. Agradecer a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na pessoa ora representada pelo Presidente Pompeo de Matos e do Deputado Valdir Heck, representando nosso querido amigo - Presidente José Otávio Germano.

Quero agradecer a esta Casa, agradecer aos funcionários do Legislativo paranaense: a imprensa, seus prefeitos, secretários. Agradecer a presença do Secretário do Município da Indústria e do Comércio de Curitiba, a agradável presença do ilustre Presidente da FIEP e vice-Prefeito de Curitiba, Dr. Carvalho. E agradecer à imprensa, todos os funcionários de toda a assessoria técnica-legislativa desta Casa. Nosso agradecimento em nome do Conselho, do Parlamento e do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Agradecemos, sinceramente, este carinho, e convidamos a todos para a reunião com o Senhor Governador do Estado.

Encerramos a presente Sessão, e marcamos outra para 6 de dezembro, na Cidade de Porto Alegre.

Muito obrigado.

Levanta-se a sessão.